

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**PEDRO ENRIQUE DE SOUSA CACERES**

**O DECLÍNIO DA CAVALARIA: UM ESTUDO DO MODELO TÁTICO MILITAR NA  
BATALHA DE ALJUBARROTA (1385) ATRÁVES DA CRÔNICA DE D. JOÃO I,  
DE FERNÃO LOPES**

**JAGUARÃO  
2016**

**PEDRO ENRIQUE DE SOUSA CÀCERES**

**O DECLÍNIO DA CAVALARIA: UM ESTUDO DO MODELO TÁTICO MILITAR NA  
BATALHA DE ALJUBARROTA (1385) ATRÁVES DA CRÔNICA DE D. JOÃO I,  
DE FERNÃO LOPES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciatura em Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Edison Bisson Cruxen

**JAGUARÃO  
2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).



**PEDRO ENRIQUE DE SOUSA CÁCERES**

**O DECLÍNIO DA CAVALARIA: UM ESTUDO DO MODELO TÁTICO MILITAR NA  
BATALHA DE ALJUBARROTA (1385) ATRÁVES DA CRÔNICA DE D. JOÃO I,  
DE FERNÃO LOPES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: , de .

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Edison Bisson Cruxen  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Renata Dal Sasso Freitas  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Rafael da Costa Campos  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho de Conclusão de Curso a minha família e amigos que tanto acreditam em mim.



## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a análise do novo modelo tático militar emergente na Europa Medieval do século XIV e a sua influência e contribuição para a vitória do exército anglo-português sobre o franco-castelhano na conhecida batalha de Aljubarrota, bem como a sua descrição pelo cronista Fernão Lopes, utilizando como fonte a crônica D. João I. Na primeira parte do nosso trabalho, nos dedicaremos a entender o contexto sócio-político que foi fomentador do embate entre os reinos de Portugal e Castela, perpassando toda a crise dinástica e apresentando os seus personagens, perpassando depois pela vida e obra do autor da nossa Crônica. Na segunda etapa explanaremos mais sobre os antecedentes bélicos anteriores a Aljubarrota que se conectam com ela, juntamente com a modo de se fazer a guerra e seus atores. Na terceira etapa nos dedicamos a explicar a nossa metodologia baseada na análise de conteúdo, ferramenta que nos foi útil para a nossa investigação e análise. E por último, trataremos de descrever a batalha de Aljubarrota e interpreta-la correlacionando os escritos de Fernão Lopes com os de outros pesquisadores, para podermos compreender a forma como o cronista trata deste evento bélico.

Palavras-Chave: Guerra; Batalha de Aljubarrota; Crônica; Fernão Lopes; Cavalaria; História Militar.

## **ABSTRACT**

This term paper aims to analyze the emerging new military tactical model in medieval Europe from the fourteenth century and its influence and contribution to the victory of the Anglo-Portuguese army on the Franco-Spanish in the famous battle of Aljubarrota and as its description by chronicler Fernão Lopes, using as a chronic source D. João I. In the first part, the paper will dedicate to understand the socio-political context that was developers of the clash between the kingdoms of Portugal and Castile, permeating all the dynastic crisis and presenting their characters, passing after the life and work of the author of our Chronicle. In the second stage, the previous facts of war history to Aljubarrota will be more explained and connect with the war, along with the way of waging war and its actors. In the third stage, the text dedicated to explain the methodology of study based on content analysis tool that has been useful for the research. Finally, the focus will be about the description of battle of Aljubarrota and interprets it correlating the writings of Jonathan Lopes with other researchers, in order to understand how the chronicler comes to this war event.

Keywords: War; Battle of Aljubarrota; Chronicle; Fernão Lopes; Cavalry; Military History

## SUMÁRIO

### SUMÁRIO

1 Introdução .....	01
2 Os Contornos da Batalha.....	03
2.1 A Crise Dinástica como Estopim.....	03
2.2 Fernão Lopes e Crônicas.....	10
3 A Guerra Medieval: O que era e quem faz.....	16
3.2 Antecedentes Bélicos à Aljubarrota.....	16
3.2 As formas de se fazer a guerra no medievo.....	24
3.3 O Cavaleiro.....	26
3.4 O Besteiro do Conto.....	31
3.5 O Arqueiro do Arco Longo.....	32
4 A Análise da Batalha de Aljubarrota.....	34
4.1 A Preparação para a batalha.....	34
4.2 A Batalha de Aljubarrota.....	40
5 Considerações Finais.....	49
6 Referências.....	53



## 1 INTRODUÇÃO

No século XIV, quando o rei D. Fernando morre sem deixar herdeiros homens, instala-se uma grande crise dinástica. A princípio, o neto que fosse gerado pela sua filha e pelo esposo dela, D. Juan I, rei de Castela, seria o herdeiro de todo reino. Enquanto isso a rainha Leonor Teles, cuidaria da regência. Porém, a impaciência e o desejo de D. Juan I o precipita a entrar no reino e se proclamar rei, por direito. Diante dessa ameaça e a passividade de Leonor com a ousadia do rei castelhano, parte da nobreza portuguesa, em oposição elege o Mestre da casa de Ávis, João, o irmão bastardo de D. Fernando.

De 1383 a 1385, estes dois partidos iriam se chocar e conseqüentemente guerrear entre si para decidirem quem é o verdadeiro rei de Portugal. Castela leva uma grande vantagem não só por ter o exército castelhano, que já era grande, mas também tem o apoio de cidades e praças portuguesas. Na árdua tarefa de expulsar a ameaça externa, o mestre alia-se ao cavaleiro Nuno Álvares. Juntos e em desvantagem, eles e seus cavaleiros, peões, besteiros e arqueiros conseguem lograr uma vitória devastadora sobre D. Juan I. Assim conta Fernão Lopes, cronista português, aproximadamente, meio século depois de ocorrida a batalha de Aljubarrota.

Mas como isso ocorreu? O objetivo de nosso trabalho é demonstrar como e porquê os portugueses conseguiram vencer a temível cavalaria castelhana, a partir das informações presentes na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes. De que forma o cronista registra e descreve esse feito, que nós chamaremos de um novo modelo tático ou nova forma de se fazer a guerra no medievo. Até que ponto conseguimos apreender esse novo modelo tático na Crônica?

Se faz necessário entender que Fernão Lopes foi o primeiro cronista oficial do reino português. D. Duarte, monarca que o financiou, ordenou que escrevesse a memória dos reis de Portugal, da dinastia de Avis. O rei estava preocupado em construir uma imagem que legitimasse a sua família, que começou pelo seu pai. D. João I. É sob essas condições que Fernão Lopes escreve as Crônicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, utilizando variado tipo de documentação, na busca pela “verdade”, antecedendo algumas práticas da historiografia moderna. A descrição da batalha de Aljubarrota, que se encontra na crônica de D. João I, é uma das

oportunidades que Lopes encontra para enaltecer a bravura do primeiro rei Avis. Em seus registros, Lopes demonstra a conexão de D. João I com a vontade divina, sendo abençoado com uma vitória improvável sobre seus principais oponentes. Constituindo a imagem de rei por direito, aclamado e adorado por todas as camadas da sociedade.

A vitória em Aljubarrota não veio facilmente e foi devida, principalmente, a um sistema tático diferente, o qual, no decorrer deste trabalho, com o auxílio da produção de outros pesquisadores, nos propomos rastrear suas origens, lógica, lugares e batalhas em que foi utilizado

Para compreendermos melhor a nova forma de fazer a guerra precisamos conhecer a antiga; quem dela participava e quem eram seus protagonistas. No modelo antigo, a cavalaria, formada pela nobreza, era a unidade mais importante de um exército, considerada a espinha dorsal de qualquer estratégia militar, desde o século VIII. Quando executavam a carga, ou seja, uma cavalgada com lanças apontadas para o inimigo, os danos iam muito além do físico, era um golpe moral, um ataque ensurdecidor que desorientava o exército que fosse atingido. Porém os ameaçadores cavaleiros começam a sofrer um revés quando estratégias são desenvolvidas para os tornarem ineficazes. Os principais personagens, responsáveis por esta reviravolta, são combatentes desprezados pelos cavaleiros

Por fim, esperamos que ao constituir todo esse corpo de informações, possamos elucidar algumas de nossas dúvidas e chegar em nossos objetivos principais.

## 2 OS CONTORNOS DA BATALHA

Neste capítulo, apresentaremos as configurações que proporcionaram o combate no campo São Jorge. Os confrontos bélicos que se deram, são aqui, a extensão, ou mesmo a culminação, de um confronto político, uma luta entre partidos para definir quem teria o direito de governar o reino de Portugal, que há muito sofria com crises econômicas e as pestes. Contudo, não somente o século XIV trouxe isoladamente essas crises. Para além da estagnação econômica, problemas na circulação monetária, crise demográfica por conta das ondas epidêmicas que estiveram presentes na Europa Medieval, começou-se a notar um declínio em uma unidade que significava a face da guerra no período: A cavalaria. Ela foi tornando-se cada vez mais desnecessária e obsoleta se comparada a eficiência dos arcos ingleses (CALAINHO, 2014). Para entendermos melhor, nesta parte, abordaremos um contexto macro e micro, primeiramente pelos aspectos econômicos e políticos.

### 2.1 A Crise Dinástica como estopim

No século XIV ocorreram algumas mudanças no setor econômico que foram em contramão com o que vinha acontecendo nos dois séculos passados e que se estendeu até o final do século XV. O Ocidente medieval, no século XV, apresentava um processo crescimento de demográfico<sup>1</sup>, uma reocupação com maior vigor dos espaços urbanos e acentuação das atividades mercantilistas<sup>2</sup>. Contudo, os avanços tecnológicos que aumentaram a produção e em parte a produtividade, não foram

---

<sup>1</sup> O processo de crescimento demográfico foi lento e deu-se por alguns fatores. Entre eles, apesar de ainda não ser totalmente comprovado o porquê, foi a ausência de grandes epidemias como peste e malária. Outro fator é o tipo e a forma de guerra que mudou, reunindo um contingente de combatentes bem menor e por bem menos tempo se compararmos com as campanhas romanas. A diferença está sobretudo, nas razões da guerra que objetivavam a captura do rival e não a sua aniquilação, logo, ela era menos letal. Existem os fatores climáticos que trouxeram um clima mais ameno a Europa entre 750 e 1215, e eventualmente proporcionou uma base maior para a produção agrícola, além de também, dificultar a propagação de doenças como a peste. Por último, algumas inovações agrícolas como o uso da charrua e sistema trienal de terras, não só aumentaram a quantidade como também a qualidade dos alimentos, equilibrando e melhorando a alimentação neste período. (FRANCO JUNIOR, 1988)

<sup>2</sup> O crescimento urbano e as atividades mercantilistas estão ligadas intimamente. Afinal, para os habitantes dentro os muros das cidades permanecerem, dependem fundamentalmente do mercado, dos produtos que ele dispõe (ROSSIAUD, 1989). As atividades mercantilistas, que jamais estiveram estagnadas, acentuaram-se com um mercado de consumo mais aberto e com os excedentes gerados pelo aumento de produção entre XI e XIII. O fenômeno das cruzadas, restabeleceu alguns os contatos com o Oriente, e ajudou não só a trazer produtos, como importar manufaturados (BLOCH, 1982)

suficientes para proporcionar suporte para o crescimento demográfico saliente. Procurou-se sempre aumentar a produção de cereais e não melhora-la, e muitas vezes para isso, ocupavam terras que não eram férteis e também as que eram do gado, se produziu pouco e a produção de carne e derivados também diminuiu. A longo prazo isso gerou certo desequilíbrio (FRANCO JUNIOR, 1998)

Para além, a agricultura foi prejudicada pelo desequilíbrio ecológico em razão do desmatamento de florestas, justamente para expandir terras para cultivo. O desmatamento decompôs os sistemas de chuvas e clima na Europa Ocidental. Portugal, teve vinte e uma crises de subsistência entre o século XIV e XV e houve pelo menos cinco crises de fome generalizada em todo o Ocidente. A crise no setor primário, naturalmente atingiu os outros setores. Se faltava os produtos de consumo básico e uso constante, se deixava de adquirir produtos têxteis e bens industriais, o que por consequência, gerou uma contração no comércio e nos demais outros setores (FRANCO JUNIOR, 1988).

No caso de Portugal, o comércio em sentido inverso aos demais, dilatou-se. A peste negra<sup>3</sup> que assolou boa parte da Europa Ocidental fez com que comerciantes buscassem os portos portugueses, mais afastados dos focos, e estes tornaram-se rotas e entre postos para comércio nas rotas do mediterrâneo e atlântico. Como Bruno Gianeze (2009) coloca, em meio à crise, a ampliação de rotas trouxe visibilidade ao mercado português, aumentando a demografia das cidades, o que pode ser vista através extensão das muralhas, acomodando bairros periféricos (GIANEZ, 2009). No reino de Portugal, destacou-se nessa época, um crescimento nos setores mesterais<sup>4</sup>, grupos que se dedicavam a produzir instrumentos cotidianos e suprimentos de guerras e naus. (GIANEZ, 2009).

A crise e mudanças também se fizeram presentes na política e na monarquia portuguesa. D. Fernando, que reinou em Portugal como herdeiro legítimo de D. Pedro I (1357-1467), estava adoentado em seu último ano de vida, em 1383. Até a chegada

---

<sup>3</sup> A peste bubônica que afetou toda a Europa, reapareceu no século XIV. Segundo Emmanuel Bourassin (2008), a peste se disseminou pelos marinheiros contaminados pelos portos. Gênova, Veneza, Messina Barcelona, foram amplamente atingidas. De Marselha ela chegou até Avignon, adoecendo o Papa VI. Na cidade de Avignon, Bourassin, conta que morriam cerca de 400 pessoas por dia. Os cristãos recorriam as igrejas, quando viram que as recomendações médicas não conseguiam vencer a doença. A peste só teve recesso em 1349, com algumas aparições periódicas nos anos seguintes.

<sup>4</sup> Para José Matoso os Mesterais constituem um corpo urbano em uma posição social intermediária de trabalhadores. Constituem para os burgueses da época, uma classe de trabalhadores de vários setores, mas de homogeneidade sociocultural (MATOSO, 1997)

de sua morte, D. Fernando havia governado desde 1367, com enormes dificuldades e mudanças que o último quarto de século trouxe. Além do mais, o monarca teve uma política bastante belicosa com Castela, comandando três grandes guerras<sup>5</sup> que fizeram parte da Guerra dos Cem anos, o que desgastou os poucos recursos do reino, desvalorizando constantemente a sua moeda, consequências que agravaram ainda mais a imagem do rei.

D. Fernando foi casado com Leonor Teles, de origem castelhana, filha de nobres. Este casamento não causou contentamento por parte do povo português, visto que evidentemente os aproximava do reino de Castela, mas não somente isso, como culminou em um sentimento de ameaça pelas outras famílias nobres portuguesas, pela posição alcançada por Leonor. Deste matrimônio, tiveram apenas uma filha, D Beatriz, que foi entregue em acordo de casamento para D. Juan I de Castela. O Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em 2 de abril de 1383, separava ambos os reinos, e destinava a Coroa Portuguesa para o filho dessa união, e até a sua concretização, em caso da morte de D.Fernando, a regência passaria para D. Eleonor (COSER, 2013).

Com a morte de D. Fernando, D Leonor, assumiu como esperado a regência, porém ela sofreu forte oposição de uma parcela de portugueses (SOUZA JUNIOR, 2006). D. Leonor tentou recuperar sua imagem<sup>6</sup>, ouvindo grande parte da elite, prometendo aos homens-bons e ao conselho régio medidas discriminatórias contra os

---

<sup>5</sup> Guerras Luso-castelhanas 1369-1371; 1372-1373; 1381-1382. São também conhecidas como guerras “fernandinas” e na visão militar, todas obtiveram saldo negativo, segundo Luís Miguel Duarte. Derrotas navais com um número grande de perdas, derrota na tentativa de bloquear Sevilha emolduraram as campanhas de D.Fernando. Contudo, ainda que as mortes e os erros estratégicos possam saltar aos olhos, Duarte afirma que houve fatores positivos; como a melhora no recrutamento e no treino do exército, criou rotinas de comando, comunicação, movimentação e combate e acima de tudo, a experiência que adquiriram puderam proporcionar subsídio para a grande vitória alcançada contra Castela em 1385. (DUARTE, 2007)

<sup>6</sup> D. Leonor acumulou os mais diversos adjetivos relatados pela historiografia. Corsan (2013), faz um apanhado das informações acerca de sua aparência e personalidade e chega as fontes de um autor como denominador comum: Fernão Lopes. Iremos tratar de Fernão Lopes mais adiante, porém, cabe ressaltar que, a obra do cronista que aparecerá aqui, também é uma das que mais trazem pistas de quem era a rainha regente de Portugal. Contudo, apesar da importância, Corsan (2013), avisa dos perigos de se cativar totalmente pela fala do cronista, já que ele procura ressaltar os adjetivos destacados, apesar de não aparecerem a priori, negativos. Lopes, conduz através da linguagem e apresentação de fontes, a impressão mais forte sobre a rainha. Foi dele a visão de uma rainha bela e corajosa, mas ao mesmo nível, ou mais, astuta, perversa e ambiciosa que não havia de entregar o reino aos portugueses. Parece-nos equivocada a ideia, já que D.Leonor era rainha por direito, e estava disposta a entregar o cargo ao seu futuro neto e a mais ninguém, português ou castelhano. Mas ainda para Corsan, (CORSAN, 2007) a função de cronista oficial de Lopes, além de guardar a memória do povo português, era a de também produzir um discurso legitimador para D. João I toda a sua dinastia que viria a seguir, e por tanto, possivelmente dar razões para as ações do Mestre de Ávis.

judeus, porém, “a aclamação de D. Beatriz e do rei de Castela, seu marido, como reis de Portugal, ia causando tumultos em vários lugares, como por exemplo, Lisboa, Santarém e Elvas” (MARQUES, 1987 *apud* GIANEZ, 2009, p. 39).

Dentre os insatisfeitos com a rainha, está Álvaro Pais, segundo Fernão Lopes, “homem honrado e de boa fazenda e fora chanceler-mor del el-rei D. Pedro, e depois de el rei D. Fernando” (LOPES, 1922, p.29). Pais, como descreve Lopes, era um homem bastante influente em Lisboa e ainda fiel ao antigo rei, D. Fernando. Ele procurou reunir algumas pessoas para serem cúmplices de um assassinato que desmobilizaria as forças da rainha, a vítima em questão seria, João Fernandes Andeiro, alguém que, Fernão Lopes apresenta como possível amante da rainha e um dos seus principais apoios. Para tanto, Pais, pede ajuda ao Conde de Barcelos, João Afonso Telo, irmão da rainha, que diz não ser o mais indicado para o serviço, mas indica o Mestre de Ávis, D. João.

D. João era um filho bastardo de D. Pedro I, logo, meio irmão de D. Fernando. Álvaro Pais o convence de eliminar Andeiro, que somente aceita sob a condição de lhe garantir apoio nas ruas. No Dia 6 de dezembro, João e seus homens, assassinaram Andeiro no paço da Rainha, e trouxeram mais tensão para todos. Nas ruas, a notícia da morte de Andeiro circulava entre os portugueses de Lisboa, e ao saber que se tratava do resultado de um confronto com D. João, muitos ficaram divididos entre os sentimentos que tinham. Álvaro Pais, que tinha prometido a D. João, o seu apoio, mobilizou todos quanto podia de Lisboa a gritar pelo filho do rei D. Pedro I, exaltando a coragem e sorte do mestre de Ávis ao sobreviver, uma tentativa de homicídio da rainha e de Andeiro, quando na verdade o ato se deu ao contrário (MARTINS, 2011).

D. João parece ter encontrado apoio entre os populares, aliviados por terem encontrado-o vivo. Pais conseguiu ter êxito no que almejava, diluir a força da rainha e maquirar os populares contra a rainha regente, e conseguiu ainda, trazer para si o apoio de alguns fidalgos importantes, para o que já esboçavam timidamente a regência de D. João. Contudo, essa polarização de forças não foi muito clara no início. Isso porque, segundo Duarte, famílias importantes portuguesas tinham relações muito próximas com algumas castelhanas, e apesar de nem todos apoiarem a entrada de D. Juan I e D. Beatriz em Portugal, reconheciam o poder regente de D. Eleonor.

(GIANEZ, 2009). Isso gerava muitas vezes um conflito interno entre as famílias portuguesas que não sabiam quem apoiar<sup>7</sup>.

Com vários adeptos a sua saída, dentre eles, menesterais e a aristocracia portuguesa, D. Leonor sucumbiu a enorme resistência, que se alastrou de Lisboa as demais regiões e foge para Castela. A fuga de D. Leonor e uma possível invasão de D. João de Castela, demandaram medidas urgentes para os portugueses, e através das Cortes de Coimbra<sup>8</sup>, O Mestre de Ávis, D. João, é eleito para regente do reino, tendo início a revolução de Ávis (SOUZA JUNIOR, 2006).

Como foi dito, D. João I, nascido em 11 de abril de 1357, era filho bastardo de D. Pedro I com Teresa Lourenço, e era um dos poucos estavam aptos e disponíveis para uma sucessão, já que D. João de Castela, havia previamente encarcerado outros possíveis sucessores, restando apenas D. Dinis, outro filho bastardo de D. Pedro, mas com Inês de Castro. D. João foi feito Mestre de Ávis e cavaleiro aos 6 anos, utilizou bem seus títulos para estar presente entre nobres e corte. Contudo, como foi visto atrás, e o que José Mattoso coloca, João I não pareceu gostar a princípio de ter sua imagem vinculada a conspiração contra D. Eleonor Teles, no que tentou escapar, foi convencido a ficar com os demais, foi uma vítima das circunstâncias e do seu parentesco (MATOSO, 1997).

Se Portugal organizava forças com Mestre de Ávis, a entrada de Juan I em Portugal, apressou a situação. Ao rei de Castela, lhe foi aconselhado que fizesse uma entrada discreta demonstrando total respeito pelo o Tratado de Salvaterra Magos. Acontece que pela ansiedade em ser rei, entrou com vários capitães e 700 lanças

---

<sup>7</sup> Tomemos o caso de Nuno Álvares Pereira e Pedro Álvares Pereira, irmãos e cavaleiros da Ordem do Hospital. Nuno, aos 13 anos, juntou-se como escudeiro da rainha, a mando dela própria, impressionada com a desenvoltura apresentada pelo jovem. Nuno, no que conta Duarte, demonstrou a ela total fidelidade e agradecimento por tal gesto, e ela por sua vez referiu-se a Nuno carinhosamente. Ao saber da morte de Andeiro pelo Mestre de Avis, Nuno posicionou-se ao lado do mestre, causando o espanto e a decepção da rainha regente. Não somente se posicionou contra, como tentou pressionar o seu irmão, Pedro, a juntar-se ao seu lado. Os dois eram cavaleiros exímios e Pedro ainda era o Prior da Ordem do Hospital, trazê-lo implicaria em trazer toda a ordem consigo. Porém, Pedro se mostrou irreduzível com a proposta de seu irmão, estava totalmente descrente de que tal atitude era a certa, sobretudo a de fazer frente ao exército de D. Juan de Castela, que iria inevitavelmente invadir Portugal. Os dois não entraram em um acordo dali se separaram com pesar. Eles só viriam se encontrar na Batalha de Aljubarrota, desta vez, em lados antagônicos. (DUARTE, 2007)

<sup>8</sup> O chamamento para as cortes é a formação de um conselho auxiliador da governança, teve início em 1264, pelo rei Afonso III. Eram chamados cavaleiros de ordens militares, alto clero e nobreza, e pelo povo, alguns poucos fidalgos da pequena nobreza. Eram elencados e votados alguns assuntos que seriam de interesse de todos do reino e até definições sobre a sucessão real. Era, a realeza que conclamava as Cortes, e a exceção foi as Cortes que de Coimbra, convocada sem o pedido da rainha Beatriz (GIANEZ, 2009).

(DUARTE, 2007). Conseguiu fazer alguns aliados, em algumas vilas, que reconheciam o direito do rei esposo da rainha Beatriz, alguns outros tentaram se manter neutros diante da “visita” de Juan, como foi o caso de Coimbra, e outras foram submetidas sem muito esforço, como Santarém, onde se encontrava, refugiada, Leonor Teles

A Rainha regente foi pressionada pelo rei de Castela a abdicar de suas funções a favor de sua filha. Não acreditando ser o certo, Leonor trama contra a vida de Juan I junto com outro castelhano, mas é descoberta e deserdada de sua cidade, uma parcela dos portugueses, do lado de Castela não gostou de tal atitude. Alias, a própria presença de Juan I, não era totalmente aceita, mesmo quando ele era aparentemente bem recebido. Como Duarte coloca, alguns moradores da cidade aceitavam tal presença, apenas porque são grandes fidalgos e senhores, coagidos a prestarem as honras, entre elas estavam as cidades de Alenquer, Torres Vedras e Óbitos (DUARTE, 2007).

No Alentejo, foi diferente, as vilas e lugares estavam do lado do Mestre e pediam claramente que este pudesse socorrer-los. Para a missão, foi chamado Nuno Álvares Pereira, nomeado Fronteiro da Comarca Entre Tejo e Guadiana. Nuno, é um dos protagonistas dos confrontos que se seguirão, seus comandados agiam exclusivamente sob suas ordens independente praticamente dos exércitos comandados por João I (MONTEIRO, 2003). Muitos receavam enfrentar os castelhanos por eles serem superiores em números e armamentos.

Nuno Álvares teve liberdade para fazer seus experimentos bélicos, em 6 de abril ocorreu o primeiro combate declarado, com uma vitória estrondosa dos portugueses sobre os castelhanos que estavam sob o comando de Mestre de Alcântara. Em momento oportuno, nesse texto, será explanado com detalhes os modos de combate que se apresentaram no campo de batalha, entretanto é importante lembrar desde aqui, que esta vitória um efeito moral. A tática utilizada para derrotar a cavalaria, graças a leitura do adversário e conhecimento do terreno por Nuno Álvares, trouxe confiança. Não houve do lado português, uma baixa sequer (DUARTE, 2007).

Juan I que já um tempo havia decidido avançar sobre Lisboa, parte para a cidade, onde estava a cabeça da oposição, em maio de 1384, e pôs a ela um cerco que duraria 3 meses. Não havia muito o que o Mestre de Ávis pudesse fazer a respeito.

O plano de Juan I era forçar a saída dos liboetas pela fome, já que atacar muralhas fortes e extensas que cercavam todo o perímetro urbano, devido a sua qualidade e formas de defesa, se mostrava inútil. No que conta Miguel Gomes Martins, a cidade estava pronta pra resistir a vários ataques e dispunham de armas para isso, mesmo que estivessem em menor número de homens (MARTINS, 2011).

Após algum tempo, a situação complicava para ambos os lados, Mestre de Ávis, pensou em algumas medidas, mas ou não teve sucesso ou era arriscado demais. A situação só se resolveu pôr um evento que não podia ser controlado por nenhum dos partidos: Um surto de peste que se alastrou pelas fileiras castelhanas, assolando, inclusive, D. Beatriz. Juan I decidiu em 4 de setembro, pelo levantamento do certo, mediante a conselhos e pelo o seu próprio estado de saúde não se encontrar perfeito (MARTINS, 2011). Retirou-se para Torre Vedras e depois para o seu reino, deixando vários homens de armas doentes para trás (MONTEIRO, 2003). Como consequência, O Mestre de Ávis conseguiu recuperar algumas cidades como Almada e Alenquer, cidade que estava sitiando a algum tempo.

Em 1385, as Cortes de Coimbra, elegeram D. João I como rei de Portugal. Seu principal desafio agora como rei, veio no mesmo ano assim como, seu maior feito em campo de batalha. Em Aljubarrota em (1385) com enormes desvantagens numéricas e ajuda dos arqueiros ingleses, D. João I alcançou uma vitória derradeira sobre Castela, que não pode revidar com o que lhe restou de praças, e Juan I acabou por morrer em 1390, doente e sem ser rei de Portugal (GIANEZ, 2009). Essa batalha será dissecada posteriormente, mas foi feito pode se apresentar que foi um feito bélico, visto como um milagre, e fortemente ligada a figura do rei, confirmando as Cortes (MATOSO, 1997). Por trás desta vitória, está mais uma vez, Nuno Álvares, que sob seu comando, esmaga o exército castelhano. Batalhas contra Castela ainda ocorrerão, e entre as vilas que são aliadas de Juan I, também, mas de ponto de vista militar, nada que pudesse colocar Portugal em perigo novamente.

A vitória nessa batalha, além demonstrar a força do exército português, mostra a força de João I, vindo a confirmar a sua autoridade, até o determinado momento contestada pelos outros partidos. O feito é logo tido como milagre, impressão que o rei, vai utilizar bastante para legitimar seu status assim como toda a dinastia que se seguirá e pode ser notada pela Crônica de D. João I, de Fernão Lopes (FRANCO JUNIOR, 2006).

O Rei termina por reconquistar algumas cidades que somente reconheciam a D. Beatriz e a o lado castelhano, reafirma a aliança com a Inglaterra através do tratado de Windsor, em 1336, colocando Portugal no cenário de disputa entre França e Inglaterra na guerra do Cem Anos. Era importante, criar laços com os outros reinos da Europa, não somente para ter qualquer tipo de auxílio quando necessário, mas porque lhe convinha criar fama e prestígio no meio das monarquias, logo casamentos políticos também se incluíam nisso, e foram utilizados para ligar as famílias de Borgonha e Aragão (MATOSO, 1997).

É de João que vem os primeiros passos para a expansão ultramarina, as motivações, expressam-se variadas segundo, Matoso. A tomada de Ceuta, por exemplo, de um ponto de vista econômico, colocado pelo autor, foi um insucesso. Era para o povo e os burgueses um desperdício de dinheiro e gente, mas para o clero, nobreza e rei, era uma mina de títulos e de honrarias, algo perto do que representava as cruzadas. Assim seria desvelado e conquistado parte da costa do continente africano (MATOSO, 1997).

João I morrem em 1433, deixou um reino com fronteiras bem estabelecidas no continente europeu e uma aberta para o Atlântico e demais continentes. Fez-se rei de uma nova dinastia, ainda que não a obstina-se nem quisesse (DUARTE, 2007), presenciou uma comoção dos portugueses que pode ser percebida agora como uma expressão de consciência nacional, e estando ali, com a ajuda de seu condestável, pode cumprir a sua missão, que segundo Fernão Lopes, lhe foi entregue por Deus.

## **2.2 Fernão Lopes e Crônicas**

Os dados biográficos a respeito de Fernão Lopes são inconclusivos (GIANEZ, 2009). Acredita-se que tenha nascido aproximadamente em 1380, em uma vila, longe dos espaços nobres, do qual só foi frequentar depois de ser colocado como tabelião geral por D. João I e persistido até o reinado de D. Duarte (1433-1438), e em 1437 foi nomeado escrivão da puridade. Foi ainda guarda-mor da Torre do Tombo, morrendo aproximadamente em 1460 (GUIMARÃES, 2006).

Mas é como cronista que Lopes imprime grande importância. D. Duarte, ao custo de uma tença vitalícia de 14 mil reis, requisita a Lopes, colocar em crônica, a história dos reis que governavam Portugal (TREVISAN, 2011). A intenção segundo

Corser, era não só legitimar a dinastia de Avis, mas tornar a figura do rei, soberana em todo o reino de Portugal, concentrando em si, o apoio de todos os segmentos sociais. Seria no rei, a imagem de virtude que uniria a nobreza e o “povo” em projeto de identificação nacional, como foi costurado nas crônicas de Lopes de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I (CORSER,2007).

Uma gama de historiadores vê nas crônicas de Lopes uma grande inovação historiográfica, na forma do enquadramento narrativo e atrelada a sua composição metodológica (GIANEZ, 2009). Em termos de construção da narrativa em Fernão Lopes, o que Susani Lemos França coloca, é que os excessos narrativos para embelezar a narrativa era um caminho para ultrapassar a barreira da história e deixá-la mais fabulosa do que deveria ser. Para Lopes, o que realmente diferenciava uma narração histórica para uma fábula era a busca incessante pela verdade (FRANÇA, 2003). Portanto, como coloca Mariana Trevisan, o que Lopes dá valor, é uma escrita objetiva em prosa para o seu relato (TREVISAN, 2011).

Para Lopes, a busca da verdade percorreria na seleção adequada das fontes e o julgamento imparcial delas. Ou seja, emanaria dos documentos, as provas cabais da verdade histórica, sendo ela contada por si só, tendo o auxílio do narrador apenas como o apresentador. Não competia a ele enganar com excessos, era para ser ordenada e simples, e referenciar com atenção o trabalho dos outros pares (FRANÇA, 2003). Por tanto, ciente disso, para escrever sobre um passado que não lhe foi presenciado, preocupou-se extremamente com o método baseado na confrontação documental, e por vezes até mesmo julgava a consistência do seu trabalho, sendo o resultado passível de críticas (TREVISAN, 2011). Não via nenhum mal, inclusive de colocar qualquer relato oral, dentro da escrita. Gomes Eanes de Zurara (1410-1470), cronista que sucedeu Fernão Lopes como guarda mor e cronista mor do Reino, defendia que não só em documentos, mas nos relatos de testemunhas ao fato é que se encontraria a verdade essencial (FRANÇA, 2008).

Para além de apresentar a verdade, a crônica como registro tinha duas funções: A primeira, memorialista, pensada pelo rei D. Duarte para salvaguardar os grandes feitos do reino, sobretudo aqueles que foram exercidos pelo seu pai e avó, e lhe fazia garantir o seu poder no trono. A segunda, em certo contraponto com o que o próprio Fernão Lopes pensava sobre neutralidade, a crônica tinha função moralista, de

respaldar juízos e valores. A verdade que buscavam era realmente pautada no que foi, mas também era o deveria ser (FRANÇA,2010).

Para se pensar no modo diferente pelo o qual Fernão Lopes registra a História, se faz necessário refletir como o homem medieval concebia o tempo e espaço. Nei Nordin considera a reflexão desses aspectos fundamentais para entendermos a importância dos escritos de Lopes, atentando para evidentemente não generalizar a concepção de tempo, já que estamos em um período recuado em pelo menos mil anos, e uma gama de documentos que nos chegaram, foram em grande maioria, produzidos por uma minoria letrada. (NORDIN, 2011).

Para Nordin, a consonante que nos leva a entender a noção tempo e sua percepção está entrelaçada ao tempo da natureza e, que se tratando do continente europeu, está essencialmente regido pelos ciclos. Estava conectado as estações do ano, aos ciclos da lua, a reprodução dos animais, ou qualquer fator que fosse natural. A medida do tempo, também poderia ser contada de acordo com o número de dias para o cumprimento de uma tarefa, ou ainda na fabricação de algum objeto. Assim, o homem estava dependente das condições que a natureza aplacava (NORDIN 2011).

O medievo caracteriza-se bastante pelo apego a permanência e manutenção de formas tradicionais, é por isso que se observa um crescimento lento dos desenvolvimentos técnicos no período. A forma de apreensão do tempo também passava por isso, se dava de forma lenta e prolongada. Como o tempo estava diretamente ligado a natureza, podemos entender que, ao lado da visão de tempo linear cristão, a concepção de tempo circular, herança dos povos da antiguidade ocidental, fazia parte da mentalidade do próprio ciclo de vida. Os fatos, eventos, coisas, haveriam de se repetir, cedo ou tarde, em um lugar ou em outro. Até mesmo um evento anômalo era visto apenas como temporário e o tempo haveria de “consertar” para que tudo voltasse ao seu ciclo natural (NORDIN, 2011).

A forma cíclica de ver a vida e o tempo, ajuda a não separar passado e presente ou mesmo futuro, uma vez que os eventos ou coisas tornavam-se a se repetir integrando-se perfeitamente a temporalidade do sujeito. Para Nordin e Franco Junior é perfeitamente plausível que essas escalas temporais para o homem medieval não eram tão distintas, o homem medieval viveria em uma espécie de eterna contemporaneidade, um bloco consistindo em o passado, presente e futuro. Paralelo

a forma cíclica da composição do tempo, existiu a compreensão linear do tempo, graças ao advento do Cristianismo (NORDIN, 2011), (FRANCO, 2000).

O Cristianismo, conscientemente, procurou ocupar os espaços das outras religiões consideradas pagãs, incluindo a as marcações de tempo que estas últimas referenciavam, substituindo por suas crenças. O movimento religioso agregou a concepção do tempo cíclico ao deles. A concepção de tempo cristã, linear, propunha um ponto de partida e um ponto de chegada, o que para ser mais conciso, existia o início e o fim centrados na figura de Cristo. Os eventos e acontecimentos na visão religiosa cristã, estavam envoltos de significados e alardes promovido pela vontade divina. A Igreja também procurou racionalizar o tempo e assim controlar além das tarefas e deveres, a hora em que essas atividades deveriam feitas (LE GOFF, 2005).

Já nos séculos XI e XIII com desenvolvimento econômico e novas condições mentais, se abre espaço para que essas duas formas de pensar e sentir o tempo possam ser quebradas, para serem sentidas, nos últimos tempos da Idade Média, em uma concepção mais laica do tempo. Nordin dá exemplo dos escritos de Huges de Saint Victor (1096-1141), no qual o conhecimento histórico deveria reduzir-se a conhecer as pessoas inseridas nos acontecimentos, os lugares em que eles ocorrem e o tempo em que se dão. Para o autor, isso implica em uma concepção de tempo diferente, optando por uma narração ancorada na continuidade e herança temporal. (NORDIN, 2011)

O mercador para Leandro Rust, consiste também em um fator crucial para a concepção mais laica do tempo. Segundo o autor, o mercador concebia o oposto sobre o tempo. O tempo para o mercador era indissociável de sua profissão, era para ele um produto que ele recortava como bem queria, para ver o quanto podia viajar, a duração da viagem, estimativa de produção e etc.. Sobre o tempo, era medido, controlado sobre o qual obedece somente ao mercador. Essa “liberdade” dada ao tempo, ia de encontro com a concepção controladora cristã, até porque, como foi dito anteriormente, a Deus unicamente pertencia o tempo, qualquer um que ganhasse sobre ele, era considerado herege.

Com a abertura do comércio entre Europa e Oriente pelas Cruzadas e o novo folego do mercado, essa concepção de tempo fluido e subjetivo se propaga por vários lugares. Estes lugares em grande maioria, se deu junto com as cidades ou burgos, palco de muita atuação de comerciantes. Por mais que os grandes relógios que

estavam sendo postos lentamente nas cidades nos séculos XIV e XV, fossem parecer articular com os sinos da Igreja, eles já não serviam somente a Deus, mas agora é de propriedade dos homens (RUST, 2008).

É dentro desse contexto que se insere Fernão Lopes. Como foi dito, Lopes nasceu em uma cidade, suas concepções de tempo e espaço estavam atreladas a vida urbana e ao povo. Quando ele ainda era guardador das escrituras da torre do Tombo, em 1418, e foi chamado para ser o primeiro cronista oficial do reino. Um ano depois, ele estava sendo inserido em um plano que buscava na representação do passado e da memória, um instrumento para centralizar um reino e legitimá-lo (NORDIN, 2011).

Lopes utiliza de seus recursos narrativos para trazer uma história de reis de maneira linear, como outros já fizeram<sup>9</sup>, mas nesse caso específico a linearidade tem um *plus*. Tal como se concebe no pensamento de tempo cristão, Lopes, traz a história portuguesa com início, meio e um objetivo a se chegar; a ascensão de D. João I adornado de muito simbolismo cristão (ZIERER, 2012). Segundo Nordin, essa narrativa está dividida em três etapas cronologicamente postas como as Crônicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, e podemos observá-las que pela maneira como são feitas, elas sugerem, um tempo de abundância e fartura tida no reinado de D. Pedro I, um enorme declínio no reinado do D. Fernando e finalmente, a redenção com D. João I.

A redenção de João I é vinda com suas vitórias sobre Castela, algo que é muito explanado nas obras de Lopes. Segundo Nordin, uma perspectiva temporal significativa é o tempo da guerra em Lopes. As guerras costumam ter uma atenção especial por parte dos cronistas e nas crônicas de Fernão Lopes, elas dão parâmetro para um modelo pedagógico, é o desfecho da justiça, da legitimação. Na crônica de D. Pedro I, elas aparecem como resultado de alguns desentendimentos com Castela, e D. Fernando, como o resultado negativo da impulsão do monarca em querer ser rei dos dois reinos. Mas em D. João I, ela é retratada como o caminho para a redenção. Não é vista como um luxo, fruto de uma ganância pessoal do rei, mas sim de uma empreitada para decidir o futuro do reino português e do seu povo (NORDIN, 2011).

---

<sup>9</sup> Zierer afirma que apesar da importância de Fernão Lopes para a história portuguesa, é importante ressaltar que existe, antes, uma tradição cronística que pode ser percebida nos *Annales Portucalenses Veteres* (987-1097 e depois continuada de 1111 a 1112), assim como a *Crônica Geral da Espanha* de 1344, de autor desconhecido, mas que tem como mandante D. Pedro de Barcelos, todos escritos de maneira linear (ZIERER, 2012).

O povo humilde é representado por Fernão Lopes, ele está nas ruas, gritando pelo mestre de Ávis, está nos feudos organizando levantes contra senhores. Contextualizando novamente, o final do século XIV foi marcado por pestes e revoltas, houve a entre 1378-1417 a cisma do Ocidente, com um papa em Roma e outro em Avignon. Existia uma conjuntura religiosa que reforçava cada vez mais a ideia do milenarismo, na volta de Cristo junto com o arrebatamento. Lopes, consciente, se permite recriar batalhas antagônicas na sua obra, existe D. João I o bem e D. Juan I o mal (ZIERER , 2012).

Todas as batalhas dentro da guerra entre castelhanos e portugueses realizada por D. João I, são vistas e tidas como provações divinas. O fim do cerco à Lisboa pela crise de peste no lado castelhano, era uma coroação e uma demonstração de que lado Deus estava. Às vésperas da Batalha de Aljubarrota, a data precede a Assunção da Virgem Maria, fazendo com que rezassem e fizessem jejum para demonstrar sua devoção. O resultado positivo na batalha, só demonstraria ainda mais, a vontade divina de Deus, para que João I fosse tido como rei de Portugal. Lopes utilizou de toda narrativa e a comoção social para implementar esta propaganda da Dinastia Ávis, foi além de pequenos relatos para fazer valer os seus escritos, utilizou recursos que seriam de grande inspiração para os historiadores do século XIX e por isso a sua tamanha importância (ZEIRE, 2012).

### **3 A GUERRA MEDIEVAL: COMO ERA E QUEM FAZ**

Neste capítulo, nos debruçaremos primeiramente nos antecedentes bélicos Aljubarrota. Em seguida uma breve síntese de das formas de se fazer a guerra campal no medievo e seus personagens. E como eles interagem entre si.

#### **3.1 Antecedentes Bélicos anteriores à Aljubarrota**

A Batalha De Aljubarrota ocorrida no campo S. Jorge foi decisiva para que um novo modelo de guerra fosse implantado e colocasse em jogo, o protagonismo da cavalaria no campo de batalha. Contudo, a formação adotada em Aljubarrota pelos partidários do mestre de Ávis e ingleses não foi totalmente inovadora. Podemos observar que 80 anos antes, é possível identificar algumas características em batalhas que aconteceram na Europa que mostram que Aljubarrota é a culminação de experimentos com a manipulação do terreno, inovação na formação tática das fileiras de combatentes e armas. No decorrer deste capítulo, apresentaremos ao todo de oito batalhas decisivas que semearam uma nova proposta bélica coroada em Aljubarrota.

Iniciamos, explanando sobre alguns personagens dentro do campo de batalha, sendo o primeiro dentre eles, o cavaleiro, com grande eficácia bélica e com ligação com a nobreza<sup>10</sup> são os cavaleiros. Em síntese, os cavaleiros são uma classe social que com os germanos, constitui uma elite de guerreiros especializados no combate a cavalo estando a serviço do seu senhor. Por volta do ano mil, se torna mais essencial nas campanhas militares aparecendo constantemente, sendo uma figura ligada também não só a um modelo de combate exemplar, mas como um modelo de cortesia, que foi constantemente reproduzido por cronistas e romancistas medievais.(LE GOFF, 2007). Esses cavaleiros medievais são a base para as formações de guerra e com suas armaduras pesadas empunhando lanças apoiadas na cintura, são comparados para Monteiro, como um tanque de guerra medieval (MONTEIRO 2003).

Nos anos finais do século XIII e início do século XIV os cavaleiros irão conhecer as primeiras dificuldades em se manter como o corpo essencial da batalha. Esses

---

<sup>10</sup> Segundo Le Goff, a nobreza está ligada, ao poder, São uma camada social orgulhosa de seu passado e fortemente estreitada com a realeza. Deleita-se dos privilégios políticos e judiciários que somente a nobreza lhe concedia no medievo, sendo por um largo tempo somente pertenceu a herança de sangue. (LE GOFF, 2007)

fenômenos são observados anteriores a Aljubarrota em três regiões diferentes da Europa e aparentemente sem nenhuma influência direta, dessa maneira é que João Gouveia coloca a fomentação da mudança no panorama da arte militar medieval tendo a necessidade, a princípio, de lutar com adversidade contra os cavaleiros, compondo muitas vezes para tanto, um exército simples de soldados a pé. (MONTEIRO, 2003). Veremos algumas batalhas que nos permitem analisar melhor essas mudanças.

Organizando cronologicamente, explanamos primeiramente o Combate de Courtrai que aconteceu em 1302. Ele se dá quando flamengos se revoltam por motivos das crises do século XIV que englobamos anteriormente a Portugal. Eles cercam um castelo que dá nome ao combate e, Felipe-o-Belo, rei francês, decide então enviar um exército para socorrer os franceses no castelo, comandado por Roberto de Artois. Os flamengos rapidamente se organizaram para receber os franceses, tinham provavelmente, consciência do seu menor número de combatentes e precisavam multiplicar qualquer estatística a seu favor. Ocuparam um terreno que favorecia a proteção da retaguarda pelo rio Lys, tendo na ala direita e esquerda dois rios. Não existia muitas opções para fugir nesse contexto campal, e favorecia claramente uma formação defensiva. (MONTEIRO, 2003).

A posição no campo parecia dar vantagem, e os flamengos se apegaram a ela para elevar a moral de seus combatentes. Eles, planejaram lutar todos a pé, os líderes dos flamengos pediram para que os cavaleiros descessem de seus cavalos e formasse uma ala com os peões ali presentes. A orientação do líder dos flamengos, Renesse, era de manter a formação coesa numa linha simples, assemelhando-se a uma falange<sup>11</sup> e empurrassem quando pudessem o exército inimigo para os fossos que eles tinham cavado a frente. Não existiria praticamente uma mudança tática alternativa a essa no decorrer da batalha, já que os rios limitavam os espaços e dificultavam a fuga. (MONTEIRO, 2003)

A Hoste francesa foi ao encontro com 10 unidades de cavaleiros e escudeiros, apoiados por peões, besteiros e peonagem leve (MONTEIRO, 2003). Ansiosos, os franceses partiram em direção ao exército flamengo, que já os aguardava fazer o

---

<sup>11</sup> A formação militar das falanges remonta aos tempos sumérios. Ela é composta por um grupo de soldados armados de lanças geralmente em formação retangular. A segunda posição colocava os escudos nas laterais e em cima para a defesa e os homens que permaneciam na última fileira, substituíam os combatentes da frente que eram mortos ou caíam enquanto a formação podia lentamente avançavam esmagando os inimigos. O grande problema da formação da falange, era deixar os flancos abertos a alguma investida rápida de cavaleiros por exemplo.

primeiro movimento. Iniciaram com uma troca de tiros de besta que não afetou muito pois não tinha tantos besteiros nos dois lados e a infantaria flamenga estava relativamente segura dos dardos, restando a aproximação da infantaria francesa. Contudo um erro grave acabou decidindo o combate. Artois mudou a tática militar e em vez de continuar o seu ataque com a infantaria, optou pela cavalaria, para que os nobres cavaleiros pudessem participar da possível vitória. Avançando desorganizadamente, eles atingiram em vão a forte formação flamenga, que segurou as várias cargas que os cavaleiros impuseram e impressionantemente não penetraram na defesa flamenga.

Nesse momento o protagonismo do combate começa a mudar, os lanceiros puderam se aproveitar da aproximação para estocar a cavalaria, empurrando-na para os para os fossos com água, empilhando os cavaleiros um sobre os outros, esmagando-os. A formação flamenga manteve-se coesa e enfrentou ainda a coluna de Artoi, este acabou sendo morto em batalha. Os franceses tiveram de recuar e fugir, com uma baixa entre 40 a 50%. O interessante de se notar aqui, é que segundo Monteiro, os franceses atribuíram a causa da derrota, as águas pantanosas e não a peonagem flamenga. O que mais tarde podemos perceber, trata-se de uma resistência à permanência da cavalaria como principal corpo de combate na França (MONTEIRO, 2003).

Podemos entender que a coesão do exército e a preferência em lutar apeado aliado às fossas, resultaram em um bom desempenho. Ao resistir as cargas de cavaleiros, os peões encurtaram cada vez mais o combate e estocando a cavalaria empurrando-a para as fossas, que até então pareciam não ter sido problema para os franceses na primeira vez. Atropelando e colocando os franceses um sobre os outros, os flamengos conseguiram matar pelas com as suas lanças e pelo sufocamento os próprios franceses causados pelos próprios franceses

O Segundo caso é o de Bannockburn. A Batalha de Bannockburn (1314) faz parte de um conjunto de conflitos entre escoceses e franceses que são conhecidas como as “Guerras pela Independência da Escócia, que pretendiam evitar uma dominação política e social da Inglaterra proferida através de laços matrimoniais como de costume em todo o medievo (BROWN, 2004).

Os escoceses cercaram o castelo de Sterling e em virtude disso o rei Eduardo II da Inglaterra envia um exército para pôr fim a ameaça escocesa. Robert Bruce, rei

dos escoceses, preferiu se afastar do castelo para um terreno plano que pudesse proteger a retaguarda e os seus flancos por arvores e águas pantanosas. Mais à frente no terreno mandou abrir covas de lobo<sup>12</sup>. Robert Bruce organizou sua formação em três alas (ou unidades) contendo a sua infantaria, os *schildrons*, com homens equipados com lanças chamadas de piques, e com machados ao seu lado. O esquema estava pautado em se defender (MONTEIRO, 2011).

O exército inglês tem um encontro inesperado com o exército escocês no caminho para o castelo. Seriam 800 ingleses contra 500 escoceses, que pela minoria no combate, optaram por lutar um de costas para o outro, afim de se protegerem melhor dos ataques ingleses e o fizeram bem, suportando os ataques até Douglas chefe de um outro contingente escocês chega para acudir os seus pares, deixando a hoste inglesa com muitas baixas. No dia seguinte o ânimo das tropas inglesas estava baixo devido ao resultado da batalha anterior, enquanto do outro lado os comandados de Bruce estavam mais confiantes devido aos resultados anteriores e a vinda de um nobre que estava do lado dos ingleses revigorou ainda mais a luta pela liberdade. (MONTEIRO, 2003).

Eduardo segundo não desperdiçou o segundo dia, resolveu investir contra os escoceses contrariando o conselho de guerra, que havia dito para tentar uma retirada simulada primeiro. Daqui em diante a semelhança com o Combate de Courtrai é absurda. A cavalaria inglesa em sua primeira carga tentou romper sem sucesso a formação adversária, que se manteve coesa. A cada carga inglesa, mais energia era precisa o que foi minando as forças inglesas e novamente, as bocas de lobo e fossas tiveram um papel importante. Os cavaleiros começaram a ser pressionados e assim cair nas fossas e bocas de lobos morrendo asfixiados ou esmagados, resultando nas mortes de muitos nobres ingleses que se puseram à fugir vendo as baixas no seu exército (MONTEIRO, 2003).

O próximo combate é interessante pois temos uma mudança na formação das alas, não só para lutarem de maneira defensiva e com a maioria dos guerreiros apeados, como já vimos, mas por gerar uma mudança em um contingente conhecido já no medievo. Em 1332, o reino da Escócia encontrava-se dividido entre uma disputa

---

<sup>12</sup> As covas de lobo no início do século XIV apresentam uma característica distinta: Elas tem um formato circular ou em formato de funil, com 090 m a 1 metro de diâmetro e 1 metro a 1,20 metros de profundidade, apresentando uma estaca de madeira pontiaguda cravada, mas estes modelos podem ser variados, como as que se encontram na Batalha de Aljubarrota (MONTEIRO, 2001).

de tronos entre David Bruce e Edward Balliol e o jovem rei, Eduardo III, queria resolver os problemas no norte da Inglaterra com a Escócia. Para tanto, ele resolveu intervir na disputa pelo trono, apoiando uma das facções, para assim adquirir influência dentro do novo reinado (SACCOROMI, 2015).

Eduardo III decidiu por apoiar Edwar Balillol e deixou o comando para seus barões. Os partidários de Balliol, junto aos ingleses tiveram algumas dificuldades de desembarcar nas praias de Kinghorn, mas os seus 1.500 homens conseguiram avançar sobre as tropas do Conde de Fife, Ducan, e continuaram avançando para o norte. E entre o dia 10 e 11 de agosto, a hoste de Balliol conseguiu avançar, sem o conhecimento dos adversários, sobre o campo de batalha que estava pré disposto por Ducan, e posicionar-se com o pântano a sua esquerda (MONTEIRO, 2003).

Em resposta, Ducan ao saber, reuniu os escoceses em três unidades. O corpo do exército de ambos os lados se assemelhava, do lado escocês a grande maioria era composta por infantaria, com exceção de uma pequena unidade de cavaleiros, tratando-se de mercenários alemães. Contudo, a real diferença estava no lado de Balliol, com os seus arqueiros equipado com os potentes arcos *long-bow*<sup>13</sup>, ocuparam as alas flanqueando as três unidades que se montaram. Atirando incessantemente dos flancos o exército escocês ficou desorientado e as cargas sobre o exército de Balliol não tiveram o êxito que esperavam mesmo em maior número e foram derrotados.(MONTEIRO, 2003).

Dupplin Moor é o que evidencia que os ingleses haviam compreendido que o combate a pé poderia ser vantajoso. Mantendo uma postura coesa dentro do campo de batalha, auxiliados pelas mudanças no terreno ou mesmo se apoderando de alguns elementos que a natureza oferece, tais como, riachos, rios, lagos arvores e pântanos, se poderia resistir a um exército mais numeroso. Para além, implementaram uma nova postura tática defensiva com um conceito novo: atiradores posicionados nas alas, especialmente para atingirem flancos do exército adversário e a traseira, são eles que formam o fator decisivo para o combate. Tanto que posteriormente, os arqueiros ingleses estarão numericamente superiores dentro dos exércitos formados, cerca de até três vezes mais que os homens de armas (infantaria). Graças a eles se tornou possível o *volley* de flechas, o ataque em que todos os arqueiros atiravam suas flechas ao mesmo tempo (SACCOROMI, 2005). Segundo Gouveia Monteiro, aqui está

---

<sup>13</sup> Arco longo de origem galesa

sacramentado o novo modelo tático que prevaleceria no campo de batalha no ocidente até o fim da Idade Média, resumindo a cavalaria montada, apenas para uma perseguição final (MONTEIRO, 2003).

As próximas batalhas acontecem durante a Guerra dos Cem Anos. Não faz parte do nosso objetivo, nos debruçarmos e refletirmos profundamente sobre as causas dos enfrentamentos do reino da França e Inglaterra, mas algumas questões se fazem necessárias. Segundo Hilário Junior, as relações feudo-vassálicas apesar de algumas reformas políticas no século XI e XIII ainda continuavam conflituosas entre os reinos. É bom lembrarmos que não apenas alguns nobres eram vassallos do rei, mas este próprio também poderia ser de outro, como era o caso do rei da Inglaterra ser vassallo do rei Francês ( FRANCO JUNIOR, 1998).

A Guerra dos Cem Anos, que acontecem entre 1337 a 1453, tem como origem a disputa de territórios dentro da França pelos ingleses outorgados pelos reis franceses sob forma feudal (CALAINHO, 2014). Alguns conflitos bélicos aconteceram ainda no reinado de Felipe IV da França, mas um problema na linha sucessória elevaria o nível do conflito a uma escala mais macro. Com a morte de Carlos IV, sem herdeiros homens, a Coroa passou para o seu sobrinho, Felipe VI, do monarca falecido, contrariando a vontade de Eduardo III da Inglaterra de se tornar rei, também, da França. O monarca inglês, decide não reconhecer a coroa francesa e não ser mais vassallo e empreendeu algumas investidas no reino Francês, até que Felipe VI decide revidar as investidas inglesas. É sobre esse contexto que acontecem algumas batalhas que terminam pro sacramentar o modelo de guerra que já havia sido testado em Bannockburn.

Em 26 de agosto de 1346, Eduardo III e Felipe VI se encontram perto de Grpecy-em-Ponthieu. Sobre a batalha, Victor Deodato da Silva trás as configurações do embate. Segundo Silva, ao saber da vinda de Felipe VI, Eduardo III se instalou em um sitio que considerou ideal par a sua estratégia, e ficou para esperar a vinda do adversário. Tinha uma floresta que protegia a sua retaguarda, um riacho a direita e vários carros de bagagem para a sudoeste para servir de obstáculo também. Quando os franceses chegaram, a ordem foi para que eles descansassem, após a longa caminhada sob forte calor, então a batalha ficou para o dia seguinte (SILVA, 1990).

Sobre os números dos exércitos, Guilherme Saccomori, ao analisar sobre as informações que o cronista Jean Froissart<sup>14</sup> coloca, estima que os números referentes ao exército inglês de 800 homens de armas, 2000 arqueiros e 1000 guerreiros galeses em um batalhão ou ala, e o segundo com 500 homens de armas, 1200 arqueiros, e o terceiro com 700 homens de armas e 2000 arqueiros, incluindo o rei são bem confiáveis. Contudo estimar 100 mil franceses, para Saccomori é um exagero. (SACCOMORI). O que é importante repararmos é na total confiança que Eduardo III estava depositando sobre seus arqueiros, em número bem maior que seus cavaleiros, dos quais ele pediu para desmontar e permanecer a pé. Os ingleses tiveram tempo ainda, de fazer alguns fossos e covas-de-lobo ao mesmo tempo que ordenava que eles mantivessem as posições, resistindo a tentação de partir para o saque antes que o combate tivesse terminado (MONTEIRO, 2003).

No lado francês, Felipe VI parecia ver confiança em seu grupo e tratou de implementar o ataque, posicionando os seus besteiros italianos, a maioria genovense para a linha de frente para tentar confundir a hoste inglesa e assim avançar com a cavalaria. Contudo os besteiros genoveses se mostraram ineficazes, uma vez que para Monteiro, eles não protegeram bem o seu equipamento durante uma forte chuva que aconteceu pouco tempo antes do embate, comprometendo a sua elasticidade. Juntando ao fato de que a cadência de tiro dos arqueiros ingleses era superior, os besteiros foram alvejados muito mais vezes do que tentaram imprimir os tiros. (MONTEIRO 2003).

Irritado profundamente com os besteiros mercenários, Felipe VI, após xinga-los e expressar um profundo desprezo, ele ordena que a cavalaria avance sobre a hoste inglesa passando por cima dos genoveses que ainda estavam em campo. O resultado foi extremamente negativo para os franceses. A medida que a cavalaria avançava, ela era alvejada por milhares de flechas, os poucos que chegavam até as três alas de inglesas, eram combatidas fortemente pelos homens de arma, não obtendo êxito, portanto em qualquer carga. (SACCOMORI, 2005). O Combate persistiu, mas logo Felipe VI teve de recuar pela a sua própria vida deixando em campo, o que restou da moral e da cavalaria francesa.

---

<sup>14</sup> Cronista francês que viveu aproximadamente entre 1337 a 1400. É conhecido sobre tudo pelas crônicas que escreveu durante a guerra dos Cem anos, acompanhando Eduardo III (SACCOMORI 2010).

Em 1356, os franceses e ingleses entrariam em combate. Dessa vez, os homens sob o comando do Príncipe negro, Eduardo, filho de Eduardo III, estavam sendo ameaçados por João-o-bom, rei da França sendo coroado apenas 6 anos atrás. Sem opções a não ser o enfrentamento, sentindo que o confronto estava próximo, Eduardo, se posicionou tirando o maior proveito possível do terreno. Na retaguarda estava o rio Miausson, à esquerda estava sendo protegida pela floresta de Nouaille e no centro existia uma elevação que se projetava para o flanco direito, junto com algumas depressões. E como já se havia criado o costume, algumas trincheiras e abrigos (SILVA, 1990). Foram divididos novamente em 3 alas, com os cavaleiros desmontados e nos flancos, os arqueiros com os *long-bows* com alguns cavaleiros sobre o comando do Captal de Busch (MONTEIRO, 2003).

É válido lembrar que este episódio acontece apenas 10 anos depois de Grécy, e os franceses ainda não esqueceram da derrota que tiveram. Os franceses tinham conhecimento de que os ingleses se apoiavam fortemente na arquearia nos flancos, protegidos por armadilhas com buracos e estacas para evitar uma carga sobre eles (SACCOMORI, 2005). Logo a tática adotada foi a de cavaleiros que faziam a investida, à fizessem a pé, enquanto duas alas da cavalaria nos flancos iriam procurar distrair os arqueiros com algumas manobras. O grande problema para Silva, nessa estratégia, foi a falta de papel que os besteiros tiveram, contando com um número reduzido (SILVA, 1990).

As duas alas de cavalaria, encontraram, contudo, arqueiros extremamente habilidosos e o desfecho da manobra que era para distração, foi o pior possível para os franceses. Sendo acertados de ambos os lados, os cavaleiros franceses sobre as setas adversárias se atrapalharam e bateram em si mesmos. A infantaria demorou demais para atravessar e entrar em choque, sendo recebidos pelos tiros e logo depois pela infantaria do Príncipe Negro, tiveram que recuar. O ataque francês iria ser desferido pelo próprio rei junto com seus cavaleiros de elite, porém, ele foi surpreendido pelo ataque rápido dos ingleses dessa vez. A cavalaria sob o comando de Captal Busch avançou com alguns arqueiros a cavalo sobre o flanco direito francês e surpreendente o Príncipe de Gales, ordena que seus homens de armas montem em cavalos e partam para combater a batalha real francesa. Pegos por Busch no flanco

e na retaguarda e pelo Príncipe pelo centro, os franceses sucumbiram e fizeram o príncipe da França o seu prisioneiro (SILVA, 1990).

Em 1367 França e Inglaterra tomam partidos dentro de uma disputa pelo trono de Castela por dois meios-irmãos: o referenciado Rei, Dom Pedro I e Henrique conde da Trastâmara. Henrique solicita o apoio do rei francês Carlos V, e este atende ao seu chamado, com o intuito de uma aliança contra a Inglaterra. Enquanto Pedro I pediu apoio aos ingleses que atenderam, entendendo que também seria possível tirar vantagem da aliança. A Guerra não se restringe, portanto ao confronto exclusivamente de dois reinos, com a participação de mercenários, mas sim de outros reis. (MONTEIRO, 2003).

Apesar dos avisos franceses sobre o comportamento do exército inglês, em Nájera, o exército franco-castelhano confiou o destino do combate em sua cavalaria, acabou sucumbindo de forma semelhante a Poltiers. Esta batalha é unicamente interessante não pelo fato de ter apresentado alguma novidade no quadro tático, mas sim por trazer o que já estava consolidado entre as fileiras inglesas na península ibérica. Logo, Aljubarrota é a culminação segundo Monteiro, de todas as batalhas apresentadas (MONTEIRO, 2003). A ajuda dos arqueiros ingleses, a forte disciplina de Nun Álvares em manter o exército coeso e a modificação e uso do terreno ao seu favor, farão o milagre de D. João I acontecer e afastar a ameaça castelhana do trono.

### **3.2 As formas de se fazer a guerra no medievo**

Os motivos pelos quais se guerreava no medievo são bastante variados. Geralmente se enfoca no interesse econômico ou político sobre alguma região, como é o caso das batalhas de Courtrai (1302) e Bannockburn (1314) apresentadas anteriormente, ou como é caso da batalha de Aljubarrota, por uma disputa territorial e assumidamente política. Contudo, as formas de se guerrear e de atingir os objetivos são muito mais limitados e fáceis de serem explanados. Segundo Miguel Martins, “as guerras na Idade Média tinham dois objetivos estratégicos essenciais: derrotar o inimigo, deixando-o politicamente desesperado e militarmente impotente ou apenas ocupar alguns castelos, cidades ou regiões” (MARTINS, 2011, pg 32). A forma como esses objetivos eram alcançados, estava associada as capacidades monárquicas

para execução da guerra, como a capacidade de recrutamento e as vezes de pagamento de soldo para mercenários.

Em grande parte, a estratégia medieval que buscava atingir os dois objetivos elencados por Martins, quase sempre eram através de uma aproximação indireta realizada através de cavalgadas violentas. O objetivo era minar as forças do inimigo acabando com os recursos que mantinham as tropas inimigas, a base da tributação fiscal e as fontes de recrutamento e de abastecimento de viveres (MARTINS, 2011). Tudo para evitar um combate de grandes proporções. Precisamos entender dois pontos sobre estratégia e sobre o que seria grandes proporções de combatentes.

Para o primeiro ponto, no que explica Monteiro, as batalhas eram uma jogada de alto risco. Diversos fatores que eles não controlavam poderiam interferir na batalha e favorecer o lado mais fraco, como aconteceu inúmeras vezes. As batalhas campais quase sempre traziam consigo, perdas humanas consideráveis mais do que qualquer outra atividade bélica. Por essas razões, para Monteiro, é que os chefes evitavam um confronto mais intenso, preferindo as cavalgadas, cercos a praças muralhadas ou castelo, por justamente envolver poucas pessoas (MONTEIRO, 2003). Estamos falando aqui, de atividades bélicas pequenas, de cercos que não se assemelham ao que foi posto em Lisboa em 1384, na qual Juan I com um exército grande, a cercou por um ano, por exemplo.

O segundo ponto, é necessário compreendermos as dimensões desses enfrentamentos na Idade Média. Para Luís Duarte, estimar números precisos para os exércitos ou atividades bélicas é extremamente trabalhoso, essencialmente pelas fontes, em geral, de cronistas que exageram sempre para mais ou para menos, geralmente favorecendo um lado em sua narrativa, (DUARTE, 2007). Portanto, trabalhos arqueológicos nos ajudam a entender melhor os quadros dos combatentes, e se faz extremamente necessário para além de conhecer os números, preencher lacunas dentro dos escritos dos cronistas. Como exemplo, está um trabalho de um grupo de pesquisadores que resultou na publicação “Aljubarrota Revisitada”, que se trata da escavação do campo São Jorge, local da batalha (MONTEIRO 2011).

Mas em relação aos números, os exércitos medievais nem se comparavam aos que eram capazes de fazer os antigos persas, egípcios ou romanos, não excedendo mais que 10 mil homens. Requisitar um exército era custoso e administra-lo era difícil.

Recrutar, vestir, alimentar<sup>15</sup>, deslocar e abrigar, era um trabalho somente para um Estado poderoso e bem organizado difícil de se encontrar antes do século XV (DUARTE, 2007). Os exércitos também eram caracterizados por serem temporários, não existia exército permanente até o último século XV. Por tanto, os homens convocados eram recrutados e convocados para uma única campanha específica ou ação militar, e assim que a seu objetivo era atingido, ou quando já não havia mais maneira de combater, o exército era decomposto e seus combatentes, retornando as suas atividades normais, reunindo novamente só quando fosse necessário. Sem treinamento coletivo, equipados muitas vezes com os recursos que já dispunham e sem qualquer continuidade fora dos períodos de guerra. Esses são o tipo de exércitos do medievo no ocidente (MARTINS, 2011).

### **3.3 O Cavaleiro**

No campo da batalha no medievo, nem todos são iguais. Ainda que alguns homens estejam ombro a ombro, lado a lado, as diferenças das camadas sociais ainda compõem uma barreira social, que não desaparece ao sinal de perigo do adversário, apenas fica tênue. O principal objetivo nessa etapa é apresentar alguns atores que participam dos episódios sangrentos das excursões bélicas que são preciosos para entendermos mais à frente a constituição da Batalha de Aljubarrota e tentarmos ir um pouco mais além das táticas de guerra medievais.

Quando falamos de cavaleiros e cavalaria, popularmente se tende, ainda, a associar estas figuras a adjetivos de determinada grandeza. A ideia de pensar cavaleiros errantes é puramente estética, e virtudes como clemência ou bondade, nem sempre compõem a moral da cavalaria medieval, a contrário do orgulho que conduz a honra, é extremamente mais sensata de ser ligada aos cavaleiros. (HUIZINGA, 2011).

---

<sup>15</sup> Vale salientar que a logística e suprimentos sempre tiveram um papel importante em qualquer período de atividades bélicas da humanidade. Qualquer exército formado que tende a realizar alguma ação bélica que fuja dos seus domínios de recrutamento ou passe um tempo durante a sua execução, entrará na questão de como mantê-lo. A pilhagem, caso fosse um assalto a uma cidade ou vila é uma alternativa, mas não deixa de ser claro que dispersava a energia e tempo dos soldados. O transporte de cargas era uma solução, mas no período do medievo, com a pouca manutenção das estradas que ajudavam no transporte de rodas, a dificuldade era ainda maior. Por tanto não é difícil crer, o quão trabalhoso poderia ser uma excursão de guerra no medievo (Keegan, 1995).

Entende-se que a cavalaria tem sua origem num momento mais recuado do que tratamos agora, possivelmente na fusão multicultural com a invasão dos povos germânicos. Após o enfraquecimento do rei e com isso o declínio de autoridade no século IX, os guerreiros que poderiam ser oriundos da nobreza ou mesmo humildes, aproveitaram-se da ausência da ordem real por meio da força, costumes e taxas em nome de conde, e por volta do ano 1000 que essa anova classe começa a se mesclar com a nobreza (FLORI, 2005).

Na visão de Jean Flori:

A cavalaria resultante da fusão lenta e progressiva na sociedade aristocrática e guerreira que se implanta entre o fim do século X e o fim do século XI, de muitos elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica. Esses elementos fornecem, pouco a pouco, à entidade essencialmente guerreira na origem, os traços característicos do que ela se tornar aos olhos de todos do no decorrer do século XII: a cavalaria, nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em corporação de nobres cavaleiros, com ética que lhe é própria e, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia é até um mito (FLORI, 2005, p.15).

Mais precisamente, o que Flori procura indicar, é que com o passar do tempo, precisamente no século XII, essa classe social cada vez mais cria laços com a nobreza, através de acordos e casamentos, tornando-se pouco a pouco, indissociáveis, constituindo a cavalaria como um título de nobreza (nobiliárquico) (FLORI, 2005). A Igreja assim como os demais senhores feudais viu nos cavaleiros uma oportunidade para garantir a sua defesa, procurando controlar os cavaleiros servindo-os com ideais cristãos (SACCOROMI, 2015). Esses ideais foram tão enraizados, que muito dos eventos das Cruzadas<sup>16</sup>, tem como base central de sua

---

<sup>16</sup> As Cruzadas foram um movimento político e religioso organizado fundamentalmente pela Igreja que pretendia exportar a violência na Europa e expandir as fronteiras da Cristandade, entre os séculos XI e XII. Para além de ocupar Jerusalém e tirar a terra santa das mãos dos “infiéis” também, impulsionou o movimento de reconquistas de territórios europeus que estavam sob o domínio de mulçumanos. Entre as conquistas e perdas no território árabe, os cristãos acumularam 9 expedições bélicas sem nenhum sucesso a longo prazo (FERNANDES, 2006).

investida, os cavaleiros e fará parte do seu imaginário até o fim da Idade Média (HUIZINGA, 2011). A Igreja buscou frear o ímpeto da cavalaria e direcioná-lo para os infiéis, implementando e emprestando cada vez mais os ideais cristãos aos dos cavaleiros.

Destas relações, com a nobreza e a religiosidade é que está a semente do ideal da cavalaria, o código que nunca foi escrito, mas que se faz presente pautado pelo divino, fundamentalmente no século XII. O cavaleiro tinha a função de servir a Deus e ao seu senhor da melhor forma possível. (SACCOROMI, 2015). Já não era qualquer tipo de pessoa que se podia fazer cavaleiro, a investidura a cavalaria, a partir do século XII, passou pelas mãos da igreja. Ela conferia uma cerimônia mística que entregava a uma espada benzida, lhe conferindo o poder de combate.

Dos primeiros contatos com a Igreja que surgem também as Ordens Militares criadas após as primeiras Cruzadas. Elas tinham como finalidade proteger os peregrinos que se deslocavam para Jerusalém, e principalmente de lutar contra os infiéis. Eram bem equipados e armados e muito bem disciplinados com experiência em combate e foram em pouco tempo, inseridos e patrocinados por diversos reinos. Algumas Ordens Militares em Portugal ocuparam um papel importante de defesa das fronteiras, já que existia sempre temível ameaça muçumana, com quem viriam conviver por pelo menos mais 4 séculos.

As Ordens não expressavam somente uma força de defesa, mas a capacidade de levantar um contingente ordenado e bem disciplinado de guerreiros. Por serem guerreiros que tinham como modo de vida, a atividade bélica, estavam sempre bem armados e em constante treinamento, logo se tornaram extremamente importantes para compor as hostes régias (MARTINS, 2011). Lembremos de alguns personagens importantes da Batalha de Aljubarrota pertenciam a algumas ordens. Pedro Alvares Pereira, irmão de Nuno, era Prior (superior) da Ordem dos Hospital. Antes de ser chamado de João I, com a alcunha de O Bom, ele foi mestre da Ordem de Avis. Nuno tentou convencer Pedro a passar para o seu lado, não somente porque tratava-se do seu irmão, mas porque ele traria consigo, teoricamente, toda a Ordem do Hospital em Portugal, o que só demonstra a importância desses cavaleiros. Nem todos os cavaleiros, entretanto, faziam parte de uma Ordem ou sequer eram “feitos” cavaleiros. Para esses, que detinham seus próprios meios para se amar são chamados de cavaleiros vilões.

Os cavaleiros foram importantes para além da sua força, também dentro das composições literárias da época. Raimundo Lúlio, um antigo cavaleiro escreveu um livro entre 1274 e 1276, que pretendia salvaguardar a honra cavalheiresca e os bons costumes, pretendemos destacar um trecho de sua obra que convém onde diz:

À honra do cavaleiro se convém que seja amado, porque é bom e que seja temido porque é forte; e que seja louvado, porque é de bons feitos; e que seja pregador, porque é privado e conselheiro do senhor. Logo, menosprezar cavaleiro porque corpo é daquela mesma natureza da qual o homem é, é menosprezar todas as coisas acima ditas, pelas quais um cavaleiro deve ser honrado (LULIO, 2000, pg 30).

Lúlio viveu nos tempos áureos da cavalaria, no seu escrito, *O Livro Da Ordem da Cavalaria*, ele ressalta os principais elementos que compõe como força, lealdade, coragem, virtude, ressaltando todo uma fantasia heroica. Todas essas características são buscadas dentro das literaturas medievais incluindo as crônicas. Contudo, o que Johan Huizinga coloca, é que o ideal de cavalaria com essas concepções era diferente do que era visto fora das páginas românticas dos escritores da época, era algo essencialmente estético que desejava ser ético. E na função ética, as origens terrenas e pecaminosas dos cavaleiros não coincidia com este ideal. Mas o que está intrínseco ao cavaleiro é questão do orgulho que tende a ser algo belo, e do orgulho representativo e cheio de simbolismos como a cavalaria, nasce a honra, centro da nobreza (HUIZINGA, 2010). E “o homem orgulhoso precisa de respeito, e a fim de obtê-lo, tem a tentação de merecê-lo” (HUIZINGA *apud* TAINÉ, 2010, pg 100).

Quando avançamos no tempo até o século XV, nos deparamos com um número cavaleiros maior que os do século XIV, devido a uma maior proliferação e aviltamento da categoria, e mais alguns que se faziam cavaleiros porque seus pais eram, e alguns para se fazerem cavaleiros de verdade iam até o norte da África buscando sua conquista e sua honra (MATTOSO, 1997). Pensando em um conceito de guerra encontramos um aporte interessante indo de encontro ao de Clausewitz, em *Da Guerra* e se aproxima um pouco mais dos exemplos de Keegan.

Para Clausewitz a guerra teoricamente seria a continuação da política pelos meios violentos (CLAUSEWITZ, 2010). Contudo, seria um ato político, uma grande desventura num campo de batalha à procura de legitimar a honra? É claro, que cavaleiros tinham um retorno financeiro ao capturar seus inimigos e pedir resgate aos seus vassallos ou parentes. Mas muitas campanhas foram concebidas,

essencialmente no século XIV, apenas para gerar mais fama e glória do que acrescentar lucros financeiros. Nos aproximamos um pouco mais da ideia de Keegan, que ao analisar os comportamentos agressivos dos habitantes da Ilha de Páscoa resultante do excedente populacional, foram justificados e enraizados e normatizados culturalmente (KEEGAN, 1995). Militarmente, as campanhas medievais estavam atreladas a joguetes políticos, como foi claramente o caso de Aljubarrota, algumas religiosas com conteúdo político, como as Cruzadas, ou outras pela honra como nas campanhas de conquista do norte da África.

Falta um fator importante para ser explanado é que se trata de como funcionava alguns combates de cavalaria. A principal tática era utilizar as cargas, que basicamente são compostas por um grupo de cavaleiros armados com lanças que geralmente avançavam sobre a infantaria, tentando penetra-la, atropelando, perfurando, desmoralizando e em algumas partes das vezes desorientando os inimigos. Eles poderiam repetir essa manobra inúmeras várias vezes, podendo vencer os adversários pela pressão, após os impactos, podiam saltar de seus cavalos e desembainharem as espadas caso fosse necessário. (SACCAROMI, 2015).

Como parte do seu equipamento, usavam escudos, feitos em madeira e reforçados por materiais que poderiam ser couro ou uma camada de metal. Entre os séculos XI e XIV eles tinham um formato retangular, com um bordo para que o cavaleiro pudesse apoiar a sua lança. Para a proteção da cabeça um tecido simples ou em malha acompanhado do elmo, que poderiam ser de variados tipos, mas os que Monteiro diz ser em maior número é o caso do bacinete, um elmo em forma anatômica com uma ponta no alto. Para proteger o corpo, na parte do peitoral até os séculos XII e XIII as cotas de malha eram o utensilio favorito. Já no século XIV já se era utilizado uma chapa uniforme metálica chamada de arnês. Poderiam compor a proteção arnês para os braços para as pernas e para os pés. Por tanto uma armadura completa poderia pesar entre 15 a 20 kilos. Toda essa armadura deveria ser acolchoada com algumas peças de túnica ou gibão, para evitar a raspagem e o aquecimento. Como armas, a costumeira espada, projetada mais para estoque do que para corte e a lança, arma de longa de distância para gerar um grande impacto (MONTEIRO, 2003).

Qualquer soldado da infantaria poderia utilizar desses recursos, se ele pudesse pagar por eles ou fosse patrocinado, é claro. Não podemos nos esquecer que o próprio cavalo poderia ter alguns recursos para a proteção, mas obrigatoriamente tinha que

ter a sela alta para que o cavaleiro pudesse executar a carga com maior firmeza (FLORI, 2005). Não há como negar que realmente, os cavaleiros bem equipados e reunidos, compunham um corpo militar capazes das maiores façanhas, fazendo até mesmo a princesa de Bizantina, Ana Comena a acreditar que eles poderiam pôr abaixo as muralhas da Babilônia.

### **3.4 O Besteiro do Conto**

Os Besteiros do Conto aparecem em fontes documentais desde o século XII entre as forças concelhias em Portugal. Antes de prosseguirmos, é necessário que possamos tecer algumas informações sobre as forças concelhias e milícias concelhias. Não era somente com o recrutamento, de seus cavaleiros e escudeiros que um monarca podia contar, algumas vezes e na verdade em grande parte deles, um corpo a mais de pessoas era necessário. Uma das soluções devido ao crescimento demográfico e das cidades, era convocar uma força dessas regiões, concelhos. As milícias concelhias portuguesas tiveram um papel decisivo essencialmente na defesa de territórios e fortificações. Faziam parte delas os cavaleiros vilões, dos quais falamos anteriormente e os peões, classe de soldados baixa (MARTINS, 2011).

No século XII, as autoridades municipais percebem a importância desses besteiros e em uma tentativa fazê-los permanecer, lhes concedem uma série de privilégios judiciais e fiscais com o reconhecimento de *pousada*, ou seja, quando atingissem a idade entre 60 a 70 anos, eles continuariam a usufruir dos seus direitos. Isto possibilitava uma forma de ascensão social, se comparada aos outros da infantaria (FERREIRA, 2015). A forma para se ingressar nesse grupo sócio-militar era voluntária até os inícios do século XIV, contudo, obter o título de besteiro não era fácil. Quem que quisesse, tinha de ter a sua técnica com a besta avaliada por um perito, fora que o número de vagas era limitado (MARTINS 2011).

Os Besteiros compuseram um corpo extremamente eficientes, tanto que nos reinados de D. Sancho I (1185-1211) e de D. Afonso II (1211-1223), teve um corpo de besteiros particulares especiais e bem equipados. No reinado de D. Dinis, sabendo da eficiência em combate dos besteiros, promove uma espécie de “profissionalização” aos besteiros, oferecendo treinamento e armamento de qualidade, visando a sua prontidão sempre que fosse necessário, assim como foi em 1299 no cerco de Portoalegre. Estes besteiros variaram de cidades entre os reinados (MARTINS, 2011).

Apesar de sua eficácia, era um corpo que nem sempre era tão bem visto pelos cavaleiros. Retomemos a Batalha de Crécy, entre Eduardo III e Felipe VI. Quando os besteiros genoveses caíram perante os arqueiros ingleses, os poucos que restaram, foram atropelados pela cavalaria a mando do próprio rei francês. Afinal, eram mercenários e sobretudo, utilizavam a arma desonrosa pela cavalaria. Para Saccoromi:

“O fato de tê-los atropelado talvez fosse um reflexo instintivo dos cavaleiros em destruir também seu adversário – os arqueiros ingleses. Para um cavaleiro, aquele que combatia à distância não merecia respeito. A cavalaria destruía, com esse atropelamento, seu próprio oponente ideológico. A cavalaria passava por cima do mercenário, do covarde. Do inimigo. ” (SACCOROMI, 2015, pg 99).

As bestas era uma arma que precisava de habilidade no manejo, ela é mais lenta, se compararmos ao arco devido a sua maneira de recarregar, disparando entre 3 a 5 virotões. Elas podiam vir acompanhadas de garruchas ou qualquer manivela para ajudar a tensionar a corda, podendo disparar até 200 metros de distância (MONTEIRO, 2003). A besta oferecia uma boa precisão se comparado ao arco já que existia um ponto de mira na arma, e uma vez com o virotão preso e a corda tensionada, ele poderia ser disparado a qualquer momento que o besteiro achasse necessário, e em um ângulo favorável, ela poderia perfurar uma armadura. Não à toa, os besteiros fizeram parte constante das campanhas bélicas portuguesas. (FERREIRA, 2015).

### **3.5 O Arqueiro do Arco Longo**

Arcos fazem parte desde os confrontos mais remotos da antiguidade, mas aqui queremos nos concentrar somente nos arqueiros ingleses. Como já foi dito anteriormente, o Arco Longo ou *Longbow* surgiu entre os galeses e foi empregada pelos ingleses e se tornou parte fundamental nas batalhas que descrevemos. O Arco longo, como vantagem, tem um custo inferior se comparada a besta em bem menos da metade, logo, podia-se empregar uma quantidade imensa desses atiradores a um custo reduzido. Na Inglaterra, segundo Silva, o número de arqueiros implicava em 3 vezes mais o de cavaleiros na Batalha de Poitiers (SILVA, 1990).

Além de muitos, eram rápidos se comparado as bestas, cerca de 12 por minuto contra 3 tiros da besta. Estes tiros foram empregados para neutralizar a cavalaria, afim de ou acerta-los ou atordoa-los fazendo os chocarem entre si, para diminuir uma possível desvantagem. Com a crescente ascendência desses arqueiros, no esquema defensivo com cavaleiros desmontados, as proteções corporais usadas pelos cavaleiros que eram sumariamente reservadas aos pontos mais críticos do corpo, deram um salto para as armaduras metálicas contínuas que praticamente cobriam o corpo inteiro. A consequência direta dessa busca pela defesa das flechas, implicou diretamente na mobilidade do cavaleiro para combate e evidentemente implicava em uma força física maior para sustentar o peso que poderia chegar a 30 kilos na armadura contínua. (SILVA, 1990). Não podemos nos esquecer de citar, ainda do emprego de armas de fogo, dentre elas as portáteis está a colobreta mais se trata de uma utilização em um período mais avançado do que esse, possivelmente no final do século XV.

## 4 A ANALISE DA BATALHA DE ALJUBARROTA

O Objetivo nesse capítulo, é destrincharmos a Batalha de Aljubarrota para entendermos a razão da sua importância na transformação da forma de se fazer a guerra e sobretudo tentar alcançar a percepção de Fernão Lopes acerca dessa transformação, acompanhada o declínio da cavalaria, há quem tantos cronistas são seduzidos a falar.

### 4.1 A preparação para a Batalha

Antes de prosseguirmos, para o combate decisivo entre anglo-portugueses e franco-castelhanos, convém apontar algumas questões antes. Após a falha no cerco de Lisboa e uma perda em Trancoso, o rei, D. Juan I de Castela, que havia se retirado para o seu reino, decide continuar por meios bélicos, a reclamar o reino de Portugal. Pretendia retirar, o agora rei através das Cortes de Coimbra, D. João I, do trono que para ele, não o pertencia e nem deveria ser chamado de rei. Contudo, essa não era uma decisão unânime entre os seus conselheiros e para eles, D. Juan deveria agir com cautela porque segundo o que conta Fernão Lopes, o rei “*adoecia de suas dôres, que havia mui a meude, e que pouco havia que fôra mui mal doente de uma de que não era ainda bem são[...]*” (LOPES, 1897, pg.100). O monarca adoecera ainda no cerco de Lisboa com D. Beatriz, e este teria sido também, um dos fortes motivos para o levantamento do cerco e o retorno a Castela.

Porém, não era somente a saúde que preocupava os conselheiros, mas também com as consequências que a falta de vigor do rei poderia gerar na campanha. Isso porque os mais eficientes oficiais de D. Juan I, morreram pela peste ou na batalha de Trancoso, e os comandantes que agora ele dispunha não tinham experiência de combate. Eles ainda enfrentariam D. João I fortalecido, com a recuperação de algumas cidades importantes e uma moral elevada com os resultados anteriores. Para além, ainda existia um problema importante com as cidades e fidalgos que ficaram ao lado de Castela com a proposta de recompensas em dinheiro. O que tardaria para acontecer, já que D. Juan não carregava nenhuma fortuna consigo. O medo dos castelhanos era que ao ver o rei sem nenhuma recompensa que prometera, eles mudassem de partido e fossem fortalecer D. João I.

Apesar dessas dificuldades, o rei de Castela decide invadir novamente Portugal, mas com uma medida um pouco mais cautelosa, que consistia simplesmente de realizar uma cavalgada por Portugal, para tentar alimentar a moral de seus guerreiros, até chegar Lisboa, e tentar um possível cerco. O Rei, e seu exército entra pela comarca da Beira, avançaram em direção a Pinhel e chegando em Trancoso, assassinou os que ali não tomavam voz por ele, e queimou a igreja de S. Marcos, um dos marcos da derrota que ele tivera para D. João I. De lá, ele segue para Fornos de Algodres, Manguade e Coimbra, guerreando por todos os lugares que se passou até chegar em Soure (LOPES, 1897).

D. João I acompanhou todo os movimentos do adversário, por isso instalou o centro de operações em Abrantes, o que segundo Martins, ele poderia por se deslocar para qualquer território que o rei de Castela resolvesse passar para chegar em Lisboa. (MARTINS, 2011). Castela sabia que toda a força de resistência residia em Lisboa, e que uma vez conquistada, todas as demais forças de resistência seriam também. As muralhas de Lisboa conseguiram resistir a um cerco, mas eles ainda não tinham se recuperado totalmente desse golpe, a cidade ainda sofria com a fome, e se sofresse um cerco novamente em menos de um ano depois de acontecido o primeiro, não iriam resistir.

Foi o momento que D. João I achou necessário, reunir um conselho de guerra Abrantes, onde Nuno Álvares o esperava com 600 homens de armas, 2000 peões e 300 besteiros que ele recrutara, para decidirem o que fariam diante da ameaça português (DUARTE, 2007). O conselho estava em dúvida entre duas questões, a primeira era “*por a praça*” ou “*fazer guerra guerreada*”. A segunda alternativa era a que estava sendo mais votada e a quem mais chamava atenção do rei. Ela consistia em atacar rapidamente o exército de Castela e o fazer seguir, graças, segundo conta Fernão Lopes, ao orgulho de D. Juan I, fazendo o se desviar de Lisboa, enquanto o momento propicio surgisse com mais um reforço dos ingleses, que João havia pedido, ou atacando Sevilha de surpresa, fazendo o rei de Castela recuar para socorrê-la, (LOPES, 1987).

A oposição a essa estratégia ficou por conta de Nuno Álvares. Lisboa sofreu bastante com o cerco e se manteve fiel a D. João I para mandar-lhe, ainda assim, homens e mesmo assim, eles não iriam defende-la de um provável para atacar Sevilha. Isso Nuno Álvares, não concebia. Seria o momento de combater Castela em

uma batalha decisiva. A ajuda da Inglaterra “[...] *era mui bem se sua vinda fosse a tempo que pudesse se aproveitar*” (LOPES, 1897, pg.110), mas como ainda não tinham se apresentado, seria o momento de combater com os homens que se dispunham. As palavras de Nuno Álvares dentro das crônicas de Fernão Lopes, foram realmente muito duras, a ponto de terminarem a reunião em um impasse. Para os outros, porque Nuno Álvares já havia decidido que iria ao encontro do exército de Castela.

Pela manhã do dia seguinte, segundo Fernão Lopes:

*Ouidas primeiro missas segundo costume, mandou a corte das ás trombetas, e com o coração bem menencorio, cheio porém de virtuosa ardidez, sem mais falar a el-rei nem a outro nenhum, se partiu com suas gentes a caminho de Thomar, pera onde el-rei de Castela vinha [...]* (LOPES, 1897, pg 112).

Antes de percebermos se este ato foi realmente imprudente da parte de Fernão Lopes, somos tentados por este mesmo autor, a ver que tudo isto se tratava de um ato de bravura. Não deixa de ser, contudo se tratando de Nuno Álvares, no texto de Lopes, há sempre uma exclamação pelos seus atos e por sua virtude, em sua crônica existe um capítulo dedicado somente a ele. Tal como o cronista Jean Froissart destaca o rei inglês Eduardo III como um nobre cavaleiro, Fernão Lopes, faz questão de destaca-lo em suas crônicas.

A imagem de Álvares difere-se da imagem messiânica do rei D. João I, apesar de parecer em algumas vezes, que Álvares é o escolhido assim Lopes, coloca o rei. Isso porque o que Lopes conta, que desde o nascimento de Nuno Alvares Pereira, um astrólogo, que Lopes diz poder ser tanto o pai de Nuno, como alguém que visitou a família, profetizou que Álvaro Gonçalves Pereira haveria de ter um filho que seria vencedor de todas as batalhas que enfrentasse. Seu pai tratou de encaminhá-lo para o rei D. Fernando, e como já dissemos, foi adotado como cavaleiro por D. Leonor (LOPES, 1987). Era ainda, segundo Lopes,

*de pouca e branda palavra, e seu bom gasalhado e doces razões comentaram muito a todos [...] nenhuma cousa fazia com rancor nem ódio, mas por grande custa que tinha; des-hi, por a terra assim ser azeada, ás vezes passava além do razoado, como quer que não tanto que sempre elle não fosse temor de Deus, ouvindo suas missas e vivendo bem e honestamente, com a sua mulher, da qual houve três filhos* (LOPES, 1987, pg 108-109).

Nuno Álvares é uma representação de cavaleiro perfeito, como dizemos anteriormente: Calmo, virtuoso, corajoso e católico. Está dentro da imagem que Huizinga (2010) diz, que os cronistas coloriam dos cavaleiros nos séculos XIV e XV. Mas que pelos tempos de guerra dificilmente conseguiam confirmar todas estas virtudes. Não podemos nos esquecer, ainda, que quando falamos sobre crônicas no primeiro capítulo, muitos cronistas incluindo Lopes, viam-se no papel de em suas obras dar “bons exemplos”, e até mesmo julgar os personagens que agiam de forma que eles considerassem errada, como aconteceu com D. Fernando. O objetivo dessa crônica é reproduzir uma história vitoriosa que vai ser lida muito pela corte, apresentar exemplos e suas personalidades para que sirvam de espelho aos futuros monarcas (FRANÇA, 2010). Se Nuno Álvares correspondeu ao ideal cavalheiresco de fato, nos parece ser inconclusivo, mas para além do papel de general audacioso que foi, ele tem nas linhas de Fernão Lopes, a personalidade de cavaleiro que repudia às tentações terrenas e mostra que os ideais da cavalaria ainda se mostram íntegros.

Voltando ao ato de Nuno, foi demonstrado, como observamos um ato de coragem de Nuno de guerrear sem o apoio do rei. Mas certamente Nuno não foi somente porque o momento exigia um combate, mas provavelmente porque ele já havia estudado sobre as táticas castelhanas, essencialmente depois de Trancoso, onde a posição do terreno pode fazer com que o combate ficasse equilibrado e dado a chance para os portugueses que tinham desvantagem numérica. Teria ele e seus homens combatido sozinho, se o rei D. João I não tivesse pensando e ido atrás dele. Algumas coisas o forçaram, pois ele não um rei unânime, ele era contestado dentro do reino, e fora nem era reconhecido a não ser pelo reino inglês. Uma batalha definitiva com Castela poderia pôr fim a desconfiança. (DUARTE, 2007).

Segundo Fernão Lopes, após o rei e o condestável se encontrarem novamente e organizarem o exército, Nuno dá ordens para que 4 ginetes (batedores) fossem encontrar com o rei de Castela para formalizar o desafio. Mas o real objetivo era saber ao certo *que gentes trazia el-rei*. Na volta dos 4 ao arraial português, eles capturaram um escudeiro português que servia por Castela. (LOPES, 1897). Os números dos castelhanos que o português entregou marcavam em torno de 7.000 lanças e 2.000 ginetes, fora vários besteiros, cerca de 8.000 e mais 15.000 homens a pé, entre eles o importante alcaide, irmão da rainha. D. Juan I. (MONTEIRO, 2003). Tal como Robert Bruce fez na batalha já citada de Bannockburn, Nuno falou que esses dados deviam

ser ocultados e trocados por uns que lhes favorecessem e fizesse elevar a moral dos seus homens. Ordenou que o português dissesse ao rei e aos demais, que Castela estava mal armada e que 100 homens portugueses dariam conta de mil castelhanos (LOPES, 1897).

Estimar dados numéricos realistas sobre este combate é uma tarefa árdua. Já que 3 fontes que falam sobre ela divergem entre si. Enquanto o cronista português, Lopes, dá estes números que falamos acima e coloca para os portugueses, um número de 6.500 combatentes sendo eles, 1.700 lanças, 800 besteiros e 4.000 homens de armas (LOPES, 1897 pg.142-144), Monteiro (2003) que se debruçou sobre outros dois cronistas, Pero López de Ayala e Froissairt revela um desnivelamento. Segundo ele, os números apresentados por Pero López de Ayala para os portugueses estão entre 2.200 homens de armas e 10.000 homens de pé, lanceiros e besteiros. Contudo, do lado castelhano, López apenas revela que eram em número superior ao de Portugal. Froissart já diz que Juan I contava com pelo menos 20.000 cavaleiros montados acompanhados de 2.000 lanças francesas, e para o lado português cerca de 2.500 lanças com cavaleiros e escudeiros e 12.000 homens a pé. Apesar da incongruência, o que podemos compreender de fato, era que existia uma vantagem número de Castela. Monteiro, estima que os números aproximados seriam de 20.000 no total de Castela e nos de Portugal pouco mais do que 10.000. (MONTEIRO, 2003, pg. 99).

Castela era superior, mas mesmo assim, não queria enfrentar diretamente os portugueses e pretendiam contorna-los. Isso porque não estavam certos a respeito de uma batalha direta. Cabe aqui, um trecho extremamente interessante da obra de Fernão Lopes, que mostra o que ajudou nessa decisão de D. Juan I. Enquanto estavam decidindo se deviam atacar ou não um cavaleiro francês de setenta anos que se aventurou com o rei porque não achava que haveria batalha, segundo Lopes, disse a D. Juan I:

*Senhor, eu sou cavallero del-rei de França, vosso irmão e vosso amigo, eu sou já na edad que vêdes, e hei já vistas muitas batalhas, assim de mouros como de christãos; emquanto estive além mar, pelas cousas que vi acontecer, tanto hei aprendido em ellas, que uma das cousas porque homem mór vantagem póde ter de seu inimigo, assim é poer se em boa ordenança, assim em guerra guerreada como em batalha, e em duas que fui com el-rei Philippe e rei João, meus senhores contra el-rei da Inglaterra e contra o príncipe de Galles seu filho, ambos se perderam opor-se em boa ordenança, e porém me*

*parece que a razão de Pero Lopes e d'aquelles fidalgos que tem aquella parte deveis de mandar que se aguarde*( LOPES, 1897, pg.135)

Notemos que as dores francesas das guerras contra a Inglaterra ainda se fazem presentes, o cavaleiro francês se refere aos prováveis episódios das Batalhas de Crécy e Poitiers que nos referimos anteriormente credita a vitória a falta de “boa ordenança”, ou seja, a falta de bons comandantes. Evidentemente, sobretudo em Poitiers, a lenta manobra da infantaria para socorrer os cavaleiros, foi uma falha do comando de Felipe IV, mas o mérito maior ainda ficava por conta da infantaria e cavalaria apeada sólida na linha de defesa e dos arqueiros de arco longo. Os franceses pareceram encontrar uma resistência para admitir o sucesso do modelo tático inglês, mesmo após derrotas consistentes.

Acontece é que apesar de terem existido essas derrotas, os franceses obtiveram algumas vitórias seguindo modelo tático mais antigo. Um deles foi em Roosbeek, em 1382, com um conjunto de homens de armas apeados e cavaleiros nas alas, os franceses conseguiram derrotar os flamengos com os seus piqueiros. Contudo, os flamengos não possuíam uma posição defensiva vantajosa e não puderam contar com uma defesa nos flancos. Não era uma solução apresentada pelos franceses, mas somente o aproveitamento de uma deficiência que os flamengos apresentaram. Isso corroborava ainda mais, para acreditarem que o seu sistema tático era o melhor. (MONTEIRO, 2003).

Sistema tático que Juan I ainda não queria adotar. Isso porque ele achava melhor chegar em Santarém, e recrutar mais pessoas para o seu contingente e por fim conquistar Lisboa. Se o conseguissem fazer, todo o reino estaria em apuros e o rei venceria sem uma batalha campal. Não devemos nos esquecer sobre o quanto se evitava uma batalha campal, mesmo que existe vantagem de um exército. Preferiam, sobretudo, cercar ou resguardar-se em um castelo, privando o inimigo de recursos, ou em cavalgadas que tinham a mesma intenção. Batalhas campais representavam apostas. (MARTINS, 2011). Porém Nuno e D. João I mantinham D. Juan I em seu radar. E assim que perceberam essa manobra, eles se deslocaram para o perto de Porto de Mós, onde esperam os castelhanos para o encontro que definiria o destino de Portugal.

## 4.2 A Batalha de Aljubarrota

A batalha era eminente. No dia seguinte da chegada de Nuno Álvares, ele saiu com mais de 100 cavaleiros para fazer a avaliação do terreno, dentre eles vários que combateram na Guerra dos Cem Anos, conhecedores das táticas militares que venceram o maior número dos franceses, assim como Nuno também fez nos Atoleiros. Como estavam em menor número tinham de recorrer a um terreno que lhes favorecessem e encontram entre perto da confluência do rio Lena com a ribeira da Calvaria, entre Leiria e Alcobaça. Era uma posição excelente pois além de encontrarem os flancos protegidos, eles estavam em um ponto alto, e para acessá-los, ou seja, ir de encontro com os portugueses, o exército castelhano teria que superar um declive de 10% de inclinação nos últimos 400 metros. Alí, voltados para Leiria de onde viria o inimigo esperavam combater com o sol em suas costas (MONTEIRO, 2001). A escolha do terreno não é citada em nenhum momento em Fernão Lopes. Restringindo apenas, a uma menção de que se encontravam em posição favorável escolhida pelo rei.

Por volta do meio dia quando a primeira parte do exército do rei D. Juan I aparece, e percebem os portugueses, ponderando a situação defensiva do adversário, preferem contornar o adversário e evitar o combate, seguindo pelo lado oeste, mantendo os portugueses a sua esquerda até reencontrar a estrada para Alcobaça. Após entrarem na estrada param em um lugar próximo ao lugar de Chão de Feira (MONTEIRO, 2001). Estima-se que eles demoraram mais umas 5 horas a mais para a execução dessa manobra, e tiveram que parar para descansar um pouco. No capítulo anterior referente ao peso dos que guerreavam, que podia atingir facilmente 20 kg, somados a uma caminhada longa e a época do verão, conseguimos entender o cansaço dos castelhanos.

E de que maneira os portugueses responderam a isso? Segundo Fernão Lopes, o rei não deixaria eles seguirem, afinal, os portugueses apesar da postura defensiva, queriam o combate. Então

*passou a vanguarda pela retaguarda, dando-se logar uns aos outros, e poz-se deante contra onde os castellãnos mostravam de vir. Alli não havia melhora de campo que os portugueses tivessem escolhido, nem montes nem vales que torvassem seus inimigos, como alguns mal escrevendo em seus livros, querem contar, ca todo era campina equal, sem nenhum estorvo as ambas as partes, o qual o trilhamento das bestas e passar dos homens, tornou assim razo e tão chão como praino rocio, sem erva nenhuma e a vantagem que os portugueses tinham era esta ( LOPES, 1987, pq. 147-148).*

O plano era colocar o exército de D. Juan I em pressão para não deixa-lo escapar, invertendo as posições e se deslocando para o sul ficando praticamente ao lado do adversário. Para Lopes, parece que essa segunda posição que os portugueses tomaram equilibrou o combate, após abdicar da posição em *high ground*, o Condestável via-se perder toda a vantagem que tinha ganho. Contudo, no que aponta Monteiro, o exército português não tinha perdido totalmente a vantagem do terreno. Ao deslocar-se para o sul, os portugueses ainda haviam, as alas defendidas pelos dois rios. No planalto que de leste a oeste estima-se que tenham 800 metros na horizontal, com duas depressões que se estendem até as linhas de água. O planalto de S.Jorge, por tanto, declinava um pouco, mas afinilava para o norte (MONTEIRO, 2001).

A segunda posição dos portugueses não era de forma alguma pior do que a primeira, tanto que para Monteiro, Nuno Álvares pode ter usado a primeira posição como um blefe, para fazer os castelhanos pensarem que ele havia saído da sua zona de conforto, e se deslocado para enfrentar o rei em qualquer lugar por não ter opção. Se como Monteiro, acredita, Nuno foi capaz de prever que o movimento castelhano de seguir pela direita, fosse a escolha natural, Nuno Álvares realmente foi um exímio estrategista. (MONTEIRO, 2003; MARTINS, 2011; DUARTE 2007).

Na crônica de D. João I, Fernão Lopes não escreve sobre a manipulação do terreno, mas nós sabemos muito pelo cronista Froissart, e pelos trabalhos arqueológicos realizados no campo S. Jorge que já citamos aqui. Através deles que abordaremos essa parte, que como nas batalhas anteriores que nós descrevemos, foram cruciais.

As primeiras delas correspondem aos abatises. Assim como a cova-de-lobo e fossos os abatises são uma forma de manipular o terreno ao seu favor. Eles correspondem ao corte e empilhamento de troncos e de ramos de árvores. Elas tinham a utilidade de demarcar a área em que teria o combate e assim evitar o ataque aos flancos e poderiam ser utilizadas como uma espécie de esconderijo para os atiradores. Os portugueses abriram alguns fossos e valas na parte frontal, com o objetivo de retardar a carga que poderia vir dos cavaleiros ou a pé, mantendo por mais tempo sobre as miras dos atiradores, e nas alas como um adicional a defesa dos atiradores. Tinham uma largura entre 50 e 90 cm e uma profundidade que variava em torno dos mesmos números de largura. Não obstante, abriram covas-de-lobo bem mais ao sul da vanguarda e alas, camufladas com ramagens, arbustos e ervas, tendo uma largura entre 30 a 70 cm e profundidade entre 30 a 80 cm. (MARTINS, 2011).

Organizar tudo em tão pouco tempo e partir para um combate corroboram ainda mais para que Nuno Álvares além de escolher a segunda posição do combate. Segundo Miguel Duarte:

Foi o trabalho possível pra ser feito, em pouquíssimo tempo (aproximadamente entre as 15 e as 18 horas), por um exército de recursos limitados e à vista do inimigo. A não ser que parte desse trabalho tivesse sido feito antes, logo que os portugueses chegaram, prevendo já a segunda posição, o que faz sentido; não se percebem que se cavem buracos e fossos e se montem obstáculos artificiais perante os olhos atentos dos adversários, e mesmo assim, este se precipitem candidamente nessas armadilhas (DUARTE, 2007, pg. 106)

Nuno pareceu se preocupar com todos os detalhes possíveis, ele sabia que somente com preparação poderia fazer frente a D. Juan I. Talvez por isso tenha se irritado no concelho de guerra em Abrantes.

D. Juan I tinha tentado enviar espiões para verificar o terreno que os portugueses praticamente o chamava para a batalha, contudo eles foram rapidamente espantados, sabendo somente que os flancos o protegiam o adversário, organizou o seu exército para o combate. Se desistissem, provavelmente Nuno Álvares e D. João I seguiriam no seu encaço, atacando e recuando, minando as forças aos poucos. Seria hora de mostra a força do valor numérico (MONTEIRO, 2003).

Fernão Lopes nos conta como chegaram os castelhanos:

*Ordenaram suas azes dois grandes tiros de besta entre si e os portugueses, e a az primeira da vanguarda fizeram dobrada, em que uma havia 1.600 lanças, e em uma das alas em que iam o mestre de*

*d'Álcantara, eram gascões e d'outros estrangeiros 700 homens de armas, na outra de que era capitão D. Pedro Alvares Pereira, mestre de Calatrava, outras 700, e na az dianteira vinha D. Pedro, filho do marquez de Vilhena, condestabre de Castella, e Diogo Furtado, filho de Pero Gonçalves de Mendonça, alferes mór d'el'rei com bandeira dos signaes de Castella e de Portugal mesclados[...]* (LOPES, 1897,pg 149)

D. Juan I estava apostando na velha tática que pudemos observar os franceses utilizarem. Um grupo de besteiros junto com uma vanguarda de 1.600 cavaleiros, provavelmente entre duas ou três fileiras. Nos flancos, duas alas com 700 homens de arma cada, sendo uma delas comandada por Pedro Álvares Pereira, o irmão de Nuno Álvares. Os semblantes de Portugal e Castela eram carregados, o que sinaliza mais uma vez, que esse embate não era exclusivamente castelhanos contra portugueses, ainda que por comodidade ao referir os polos da batalha se diga, mas realmente se trata, como explicitamos, de uma briga de partidos. Ainda segundo Lopes o exército Português estava com a vanguarda composta por 600 homens e tinha Nuno Álvares como seu comandante, nas alas, besteiros e arqueiros ingleses acompanhados de 200 homens de armas. Na retaguarda, a ala era composta por 700 lanças, homens de pé e besteiros. Era a batalha do rei e estava alí para socorrer a vanguarda caso algo acontecesse (LOPES, 1897).

A iniciativa do combate coube a hoste de D. Juan I. Ante, Nuno Álvares passou pelas alas montado em um cavalo e segurando um escudo, deu as últimas palavras de incentivo e ordens e pediu para que ficassem juntos, com os pés firmes e as lanças direitas apertadas no braço. Sobre a iniciativa, conta Lopes:

*Em esto vanguarda dos inimigos, de gente muito guarnecida e de fouteza mais abstante, começou de se fazer prestes para mover sua batalha, e sendo já dia tão derribado, que passavam de horas de vespora, e pero tantos fossem e bem corregidos, ainda se não atreveram de os cometer com armas, sem primeiro tirar com az de tiros que ordenada tinham deante, por os espantar e fazer fugir, nos quaes posto o fogo e disparando algumas pedras d'elles, não fizeram nojo, e outras empeçaram de má maneira, ca uma deu na vanguarda do condestabre e matou dois escudeiros, ambos irmãos, juntamente, e outra deu a um estrangeiro, e estes três foram mortos d'ellas, a qual cousa foi aos portuguezes grande espanto e havido por esquivo começo* (LOPES, 1897, 163-164)

O modelo tático de batalha realmente estava mudando, mas o emprego de armas de fogo ainda era muito recente. Segundo, Nuno José Varela Rubim (1986), as

bombardas<sup>17</sup> já era de conhecimento dos portugueses desde 1381, e sua fabricação no reino começou em 1382, não era exatamente uma novidade. Não existia, pelo menos até o século XIV, uma Artilharia de Campanha, ou seja, qualquer unidade especializada e só verificaremos um maior uso desse tipo de tecnologia pelo século XV. Segundo Rubim, essa será uma das primeiras vezes que esse tipo de arma é utilizado em uma batalha campal, e explicado o espanto dos outros portugueses (RUBIM, 1986).

D. Juan I, por tanto organiza as forças para implementar o ataque a vanguarda portuguesa. Sem permissão do monarca castelhano, os recém promovidos as funções militares, os jovens combatentes castelhanos e franceses galoparam para cima dos lanceiros portugueses (SILVA, 1990). Neste momento os experientes arqueiros ingleses começam a executar o seu movimento de tiro. Quando os cavaleiros resolveram ataca-los, logo eram impedidos pelas fossas e covas-de-lobo, espalhadas em grande número pelas laterais. Lopes faz um relato sobre:

*começaram a fazer ficadiços uns atraz outros, assim das azes como das alas, de guisa que a sua vanguarda que era muito comprida e as alas tão grandes que bem podiam abraçar a batalha dos portugezes, ficou, tão curta d'aquella guisa que Portugal tinha vantagem della[...]*  
(LOPES, 1987, pg 165)

Se antes não tivéssemos as informações sobre a manipulação do terreno, certamente seria mais difícil de compreender o que Lopes, já que ele não explanou sobre o assunto. Porém, sabemos que se trata da estratégia de Nuno Álvares funcionando, os fossos e as covas-de-lobo nas laterais repeliam o exército castelhano para que ele ficasse em uma zona segura, que era justamente no centro. Essa ida repentina fez com que vários cavaleiros batessem entre si e alguns derrubassem os outros. Nuno conseguiu fazer com que os castelhanos se afunilassem e se desarticulassem, formando o que João Gouveia diz ser um corredor da morte (Monteiro,2003).

Alguns, desesperados, desmontaram de seus cavalos e decidiram seguir a pé. Esse ato teve duas consequências, estimadas por Martins, a primeira trata-se da locomoção, apesar de terem ganho um pouco mais de agilidade, por estarem sem cavalo, eles se tornaram alvos mais fáceis das flechas e virotões no *volley* dos portugueses e ingleses. Não o suficiente, ainda se tornavam alvos de seus próprios

---

<sup>17</sup> Disparador de projétil utilizando a pólvora como propulsor

aliados montados, que na pressão do combate, os atropelavam e os sufocavam na histeria que se instaurava no funil.(MARTINS, 2011). Os poucos que conseguiram alcançar a vanguarda portuguesa, eram rapidamente mortos por estocadas ou golpes de lanças. Os portugueses não podiam ter se saído melhor nessa primeira etapa.

Ao perceber tarde os acontecimentos D. Juan I dá as ordens para que o resto da cavalaria castelhana avançar e exercer pressão no adversário. A insistência da mesma tática produziu resultados quase iguais. Para esta segunda etapa, Fernão Lopes apresenta mais dados. Os cavaleiros de D. Juan I *“cortaram as lanças e as fizeram mais curtas do que traziam, havei que é certo e que não duvideis, porque eles cuidavam de pelejar a cavalo”* (LOPES, 1897, pg. 166). E eles mais uma vez foram alvejados com flechas e virotões, e se antes existiam os obstáculos construídos e naturais, haviam também os corpos dos combatentes empilhados ou espalhados pelo planalto, dificultando, ainda mais, o acesso à hoste de Nuno Álvares. *“Os Portuguezes como os viram abalar, começaram a avivar os bons corações, para receber com bom esforço, dando as trombetas, moveram passo e passo em boa ordenança”* (LOPES, 1897, pg. 165). Podemos entender que a tática vinha dando certo. Os que chegavam a ter contato com a hoste portuguesa, eram combatidos e empurrados para os fossos ou um contra os outros. Escolha de quebrar a lança, e adapta-la para o combate se mostrou ineficaz, então *“vieram ás fachas<sup>18</sup> e as espadas d’armas”* (LOPES, 1897, pg 166).

O combate continuou arduamente no corpo a corpo. Os castelhanos, colocando a coluna de Nuno Álvares sobre pressão, fizeram com que os portugueses recuassem um pouco. O reforço, segundo Lopes, veio das alas portuguesas que não haviam feito muito, senão combater os poucos que ainda conseguiam ultrapassar as fossas (DUARTE, 2007). O combate voltou a se equilibrar e o rei vendo que a ala avançou, decidiu fazer a sua unidade avançar também. D. João I, gritando o nome de Portugal e de S. Jorge, *“começou de ferir de facha, e assim desenvolto e com tal vontade, de como se fosse simples cavallero, desejoso de ganhar honra e fama”* (LOPES, 1897, pg 167). Nessa passagem torna-se interessante perceber o quanto Lopes, cumprindo sua missão de cronista, configura a imagem de um rei destemido, que se iguala aos simples combatentes em defesa de Portugal. Um soberano que serve de exemplo à

---

<sup>18</sup> As fachas (fachas d’armas) eram armas compostas por curtas lâminas de ferro, com gume duplo, em forma de machado.

nobreza. Na mesma citação, aparece o nome de São Jorge, patrono dos combatentes portugueses e ingleses. Nas guerras medievais era comum conclamar o nome de santos guerreiros, misturando o ato de guerra com o ato de fé. Da mesma forma os espanhóis gritavam o nome de Santiago.

Lopes não deixa de transparecer o processo de construção imagética e estética do rei D. João I. Anteriormente, antes da batalha ser iniciada, Lopes narra o recebimento do santo sacramento e benção de D. João I pelo arcebispo de Braga, presente no seu arraial (LOPES, 1897). Este mesmo arcebispo, armado com uma espada diz ao arraial: *“que tanto que começassem a ferir nos inimigos, que fossem lembrados de dizer a meude: Et Verbum caro factum est;”* (LOPES, 1897, pg 162). Este trecho é interpretado segundo Monteiro, como a vontade de Deus expressa nas armas de D. João I, já que a frase citada em latim seria “E o verbo fez-se carne”. (MONTEIRO, 2003). Após D. João I avançar, nos deparamos com um trecho que demonstra um combate entre o rei e um nobre castelhano, Álvaro Gonçalves, que é morto pelo monarca: *“alçou a facha descendo pera lhe dar e ele recebeu o golpe”* (LOPES, 1897). Apesar de Nuno Álvares estar a muito tempo dentro do combate, ele quase não foi citado, a não ser para guiar as colunas. Lopes dentro de sua narração dá o tom e os contornos das atitudes divinas do rei e exalta-as.

Apesar do exagero de Lopes, não pode se tirar que a carga de D. João I teve importância, isso porque ela congestionou ainda mais o espaço do exército castelhano cercado-os. Nesse momento, a vanguarda, as alas e a retaguarda anglo-portuguesa atacavam com incrível poder de choque, assassinando, pisoteando e sufocando os castelhanos, empilhando-os sobre as valas e covas-de-lobo. O cenário era claustrofóbico. Quando a bandeira de D. Juan caiu, os combatentes mais afastados começaram a fugir. Os portugueses que guardavam as montadas e viam a debandada dos inimigos, gritaram, segundo Lopes; *“Já fogem, já fogem”*, (LOPES, 1897, pg.168) e sarcástico Lopes, diz que *“os castellãnos por não fazer d’elles mentirosos, começaram cada vez a fugir mais.”* (LOPES, 1897.pg 168). A debandada já entregava o vencedor do combate. Restava apenas uma pequena ameaça pela cavalaria pelo Mestre de Alcântara, que por não conseguir se envolver no combate central devido as

barreiras naturais, resolveu atacar a carriagem<sup>19</sup> ao norte, mas esta foi socorrida a tempo por Nuno Álvares (MONTEIRO, 2011).

Nessa altura, segundo Martins (2003), o objetivo era fazer alguns prisioneiros que pudessem render um bom resgate, como aconteceu com Pero López de Ayala. Além de ir atrás de prisioneiros, para cobrança de resgate, se procurou recolher bens dos vencidos que fossem de algum valor, tais como armas, cavalos, anéis armaduras e espadas. Antes que o pânico por fazer prisioneiros pudesse se generalizar, e fazer com que os portugueses corressem desordenadamente atrás dos castelhanos, Nuno Álvares e D. João I dão ordens para que eles retornem. Já quase não havia luz do dia no fim do combate e dificultava a percepção das movimentações do inimigo. Para além, é bom entendermos que nem todo o exercito de D. Juan lutou. Alguns mal conseguiram ver o que tinha acontecido e outros ainda estavam descendo até Chão da Feira (MARTINS, 2011). Os portugueses decidiram, por tanto, manter o estado de alerta e só no dia seguinte, com a luz do sol, ter certeza da vitória.

E o que aconteceu com D. Juan I? Segundo Lopes, o rei de Castela havia ficado paralisado com que tinha presenciado. Seus nobres o colocaram em um cavalo e rumaram para Santarém. Calado, em todo o caminho, só chegou a dizer algumas palavras a um escudeiro: *“Oh! Deus, que mau rei e sem ventura! Oh! Senhor, dá-me morte aqui onde estou pois não houve ventura de morrer com os meus”* (LOPES, 1897, pg 169). De Santarém foi para o Tejo, onde tomou uma barca e voltou definitivamente para Sevilha. Outros não tiveram a mesma sorte que o rei, os castelhanos fugidos, tentaram voltar pela Beira, mas foram caçados e abatidos pelos habitantes das cidades circundantes de Aljubarrota, Chiqueda e Vale Vazão (MARTINS, 2011).

A Batalha de Aljubarrota foi um dos momentos mais decisivos pelo Reino de Portugal, ela afastou, definitivamente, a grande ameaça de ser anexada ao reino de Castela e deu fim à crise política que tinha se instaurado. A vitória permitiu o reconhecimento e legitimação de D. João I como rei. Existiram alguns combates, para

---

<sup>19</sup> A carriagem era o conjunto de carruagens e animais de tração, que carregavam os víveres e materiais necessários para a realização do combate. Mantinha-se afastada do local do confronto, constituindo um acampamento no qual permaneciam apenas os não combatentes, como serviçais, pajens e artífices. O ato de ataque da carriagem portuguesa, por uma cavalaria de nobres, é interpretada como um ato desespero de causa e, sobre tudo, de desonrosa covardia. Se por um lado Lopes se empenha em exaltar a imagem do Rei e do Contestável, denegrir e diminuir a imagem do inimigo também faz parte do “jogo”.

recuperar cidades, como Santarém, Alenquer, Torres Novas e Sintra, mas em questão de semanas todas elas cederam. O Rei D. Juan I com as baixas sofridas, não conseguiu reunir mais combatentes e nem teria dinheiro para tanto. Coube a D. João I voltar-se para o reino de Portugal e enfrentar os problemas administrativos que o novo cargo trazia, tais como a inflação monetária e as queixas do povo.

A Batalha de Aljubarrota consolidou uma forte aliança com o reino inglês, que D. João I usufruiu para manter o reino de Castela sob constante pressão militar. Aljubarrota foi a confirmação de um modelo tático de confronto que se aperfeiçoou em contendas anteriores. A Batalha foi expressa de diversas maneiras, evocada oralmente ou pela escrita, como é vista nas crônicas de Lopes, Ayala e Froissart. Durante meio milênio foi reproduzida, revista e repensada, considerada um evento (quase) divino e um marco da história militar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que Fernão Lopes não participou da Batalha de Aljubarrota, nem mesmo a viu, ele escreveu em um período pouco mais de meio século a frente do evento. Construindo um trabalho historiográfico tradicional, ele foi atrás das fontes, entrevistas, colhendo relatos, buscando “a verdade” acima de tudo, e possivelmente tenha visitado o local da batalha, como João Gouveia Monteiro (2011) acredita. O princípio da “verdade” que Lopes acreditava, repousava na “crença em que por meio da seleção adequada do julgamento imparcial das fontes seria possível captar a essência dos sucessos e insucessos do passado” (LEMOS, 2003 pg. 169). Por tanto, acreditamos que Lopes não queria simplesmente incitar algo fantasioso, nem criar algo bonito apenas para agradar.

Contudo, Lopes, se transporta de maneira imersiva para o contexto que apresenta. Na terceira pessoa, ele não só narra, refuta alguns fatos e demonstra de forma eloquente o seu objeto, mas também reproduz falas dos seus personagens em primeira pessoa. Como vimos anteriormente, pudemos ver o lamento do rei de Castela quando se dá conta do feito dos portugueses. É como se ao lado do escudeiro que ouviu o lamento, como se ali, ele estivesse. Estas são as ferramentas discursivas do Cronista, além do estilo investigativo, com atenção as fontes, que lhe dão um caráter singular.

Quando focamos na Batalha de Aljubarrota, não notamos excessos, ou atos fantasiosos, mesmo no que concerne a luta entre D. João I e Álvaro Gonçalves. Realmente, não notamos o excesso, notamos a falta. A falta de detalhes, ou mesmo de eventos que foram, ao nosso ver, extremamente importantes para o desenrolar da batalha. Não se trata aqui, de colocar Fernão Lopes perante um julgamento de historiadores e enquadrá-lo numa perspectiva metodológica e teórica atual, isso seria anacronismo. Mas nos coube perguntar o porquê.

Este trabalho apresentou uma descrição da Batalha de Aljubarrota, reunindo dados provindos de pesquisadores contemporâneos e, especialmente, da Crônica de D. João I, de Fernão Lopes. Objetivou-se identificar se a Crônica descrevia um novo modelo tático militar, que se consolidava na Europa em finais do século XIV. O registro de Fernão Lopes a respeito desse tema é sucinto, se comparado à imensidão de acontecimentos narrados. Os personagens com maior destaque, como não poderia deixar de ser, são os diretamente ligados à nobreza e ao valor militar: o Condestável,

Nuno Álvares Pereira; os reis D. João I e D. Juan I; eventualmente Pero Lopez de Ayala, além de alguns fidalgos de ambos partidos.

A primeira hipótese para tal pode vir da finalidade da Crônica e no que isso acarreta nos escritos de Lopes. Como descrevemos no primeiro capítulo, Fernão Lopes, foi incumbido da missão de guardar os grandes feitos dos reis e, sobretudo, legitimar a dinastia de Ávis, sendo foi pago para isso. Como estratégia do discurso, o rei deveria aparecer como verdadeiro soberano, através do qual pobres e ricos deveriam se unir, para construir “a grandeza de Portugal” (CORSER, 2007).

Em Lopes, o povo, a arraia miúda aparece de fato, mas ela é colocada exaltando o rei D. João I. O cronista procurou mostrar o Mestre de Ávis, mesmo antes subir ao trono, como um herói popular, após ter matado o conde Fernandes (LOPES, 1897, pg 49). Não é o objetivo de Lopes, por tanto, representar o “povo”, as crônicas são sobre D. João I e a nobreza. Isso se estende à guerra, à Batalha de Aljubarrota. Em um ensaio sobre cronística e guerra no medievo, André Bertoli diz que

Pela referência das fontes, temos a impressão de que a ação do conjunto da população não condizia com a realidade medieval. Nestas obras (crônicas) destacam-se a valorização do individual ou de pequenos grupos, da cavalaria e não da peonagem (BERTOLI, 2010, pg 7).

Na Crônica analisada, os peões portugueses aparecem de maneira homogênea. Na primeira etapa do combate, onde cavaleiros franceses e castelhanos fazem a primeira carga, fica em destaque o aparecimento da Bombarda. A primeira parte do combate é crucial, pois como vimos, ditou o ritmo do combate e mostrou como seria seu desfecho. É nessa parte que, fundamentalmente, vemos o trabalho dos arqueiros e besteiros de D. João I. Indivíduos que não pertenciam à nobreza e que, embora tivessem treinamento em armas, eram representantes do “povo”, sem qualquer título ou posses consideráveis. Justamente esses combatentes, vistos de forma homogênea por Lopes, são responsáveis por executarem mortíferos movimentos de ataque sobre a nata da fidalguia franco-castelhana, devidamente representada na cavalaria. Os arqueiros e besteiros, recrutados nas vilas e cidades (camponeses e artesões), ocupam papel definitivo na ação de desorientar a cavalaria franco-castelhana ao ponto de fazê-los descer de seus cavalos (rebaixando-os a forma de combate da peonagem). Os nobres, forçados a abandonar o símbolo máximo de sua distinção, seguiram a combater apeados, talvez pelo desespero de ver os

choques entre si. Estratégia que se demonstrou ineficiente. Na segunda etapa do combate, a peonagem, de forma coesa, também estoca e empurra os cavaleiros e homens de armas para os poços.

A hoste régia, como evidenciamos, participa da parte final da etapa, ela foi importante para o congestionamento e conseqüentemente o sufocamento da hoste castelhana. Contudo, essa manobra não indicou um alto risco, já que, ao nosso ver, no momento mais crítico, onde Nuno Álvares e os demais tiveram que recuar, eles foram socorridos pelos cavaleiros a pé das alas. Quando a hoste régia chegou, foi para finalizar um trabalho iniciado pelos arqueiros, besteiros peões e cavaleiros apeados, Nuno Alvares impôs uma estratégia em que as forças anglo-portuguesas tiveram poucas baixas.

Sendo assim, a compreensão da mudança do modelo tático somente por Fernão Lopes, torna-se limitada. O Cronista, além de não ter o comprometimento de se debruçar sobre todos os detalhes bélicos, sua escolha de recorte não contempla eventos e características que buscamos evidenciar. Dentre elas, citamos como exemplo, a escolha estratégica do terreno e a sua manipulação. Durante nossa análise, não encontramos qualquer referência ao momento de produção de fossos, bocas de lobo e obstáculos.

Para tanto, em nossa pesquisa, buscamos utilizar bibliografias atualizadas de especialistas, provindas da historiografia militar portuguesa e da Arqueologia. As fontes bibliográficas possibilitaram uma “leitura” de compreensão, complemento e mesmo, algumas vezes, contradição à Crônica, o que percebemos, como parte da riqueza de desenvolver esta pesquisa. Longe diminuir ou menosprezar a fonte escolhida, “A Crônica de D. João I”, de Fernão Lopes, identificamos, claramente, que nela está contida, de fato, a representação de uma alteração fundamental na forma de se pensar e fazer a guerra entre os séculos XIV e XV.

Os olhos do Cronista estavam voltados para a nobreza e seus grandes atos, que deveriam servir de exemplo de comportamento aos “bons homens do reino”. Entretanto, está plasmado nas linhas de Fernão Lopes o declínio da força de guerra que durante séculos dominou os campos de batalha: A Nobre Cavalaria. Aljubarrota pode ser considerado como um dos momentos de inflexão em que nobres, que dedicavam sua vida ao treinamento bélico e que investiam grandes fortunas em aparatos de combate (escudos, elmos, espadas, lanças, armaduras...) passam a ser

batidos, de forma recorrente, por (indignos) peões, cuja principal vantagem estava na atuação em conjunto, tanto no arremesso de projéteis, como na formação de lanças em riste. O grande símbolo da distinção e poder da tradicional nobreza guerreira eram seus cavalos especiais, possantes e treinados para não se espantarem com o fragor da batalha. Apear-se, ou ser apeado, era sinônimo de ser diminuído (KEEN, 2005).

A batalha de Aljubarrota, descrita na Crônica, demonstra a ascensão de um novo poder bélico, a Infantaria. Este corpo de combate, composto por pessoas pertencentes ao “povo”, armados com instrumentos do trabalho cotidiano (machados, martelos, foices, facões...) e que lutavam a pé, sempre ocupou papel complementar nos campos de batalha, onde as contendas eram definidas pela nobreza montada (DEVRIES; JORGENSEN, 2009).

A infantaria, devidamente organizada e armada (com arco e flechas, bestas e longas lanças) representa nos finais do século XIV, uma nova constituição das forças de combate. A formação de um peão era mais rápida e (muito mais) barata que de um cavaleiro. Podiam ser arregimentados junto à massa da população simples, o que os tornava numericamente superiores aos nobres montados. A nobreza mantinha a monarquia sob sua dependência por oferecer seus préstimos militares ao reino. Estes serviços de armas sempre exerceram poder de barganha, pressão política e até mesmo limitação do poder real, por parte da nobreza. A constituição de uma nova força de combate, não apenas desvinculada da nobreza, mas tão eficiente quanto (ou até mais), se reflete em um fortalecimento progressivo do poder militar monárquico e a diminuição de sua dependência frente à nobreza. Essa modificação também está ligada as raízes da formação dos primeiros exércitos regulares, baseados não mais na posição social, mas na necessidade de serviços constantes de proteção ao “Estado” (KEEN, 2005). Mas esta reflexão deixaremos para um outro momento, para a continuidade das pesquisas no campo da História Militar.

## REFERÊNCIAS

- ALMIR MARQUES, Junior. **A Dinastia de Avis e a realeza do século XV.** In XII Encontro regional de História, Rio de Janeiro.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa, 1977, Edições 70
- BERTOLI, André. **História Interdisciplinar e a Análise de Crônicas Portuguesas do século XV.** Revistas de História e Estudos Culturais, Vol 8, p. 2-26, 2011
- BLOCH, March. **A Sociedade Feudal.** Lisboa, Edições 70, 2009
- CALAINHO, Daniela. **História Medieval do Ocidente.** Petrópolis, Vozes, 2014.
- CARMOS, José. **A Batalha de Aljubarrota: Uma explicação Geográfica.** 2006, 107 f. Tese de mestrado, Universidade nova de Lisboa
- CORSER, Miriam. **A Dinastia Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais.** Cadernos de Ciências Humanas, v.10, n.18, jul.-dez 2007, pg. 703-727.
- COSTA, Paula. **Ordens Militares e Fronteira: um Desempenho Militar Jurisdicional e Político em Tempos Medievais.** Revista Faculdade de Letras, vol.7, p. 79-91, 2006.
- DEVRIES, Kelly; JORGENSEN, Christer. **Batalhas Medievais: 1000-1500.** São Paulo: M.Books do Brasil Editora, 2009
- DUARTE, Luis. **Aljubarrota: Crônica de anos de Brasa.** 1ªed. Lisboa, QUIDNOVI,2007
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **Idade Média: Nascimento do Ocidente.** 2ª ed. São Paulo, 2001.
- GIANEZ, Bruno. **Fernão Lopes: Crônica e História em Portugal (Séc XIV e XV).** 2009, 143 f. Tese de mestrado, Universidade Federal Fluminense.
- GUIMARÃES, Marcella. **A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes?**
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média.** São Paulo, Cosacnaify, 2010.
- KEEGNAN, John. **Uma História da Guerra.** 3ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, (1995).

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petropólis, Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Homem Medieval**, Lisboa, Presença, 1989.

LIMA, Jorge. **Por uma análise de Conteúdo Mais Fiável**. Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano 47, p.7-29, 2013

MARTINS, Miguel. **De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média**, Lisboa, A esfera dos Livros, 2011.

MATOSO, José. **História de Portugal**. Vol. 2. Portugal, Estampa, 1997

MONTEIRO, João. **Aljubarrota: A Batalha Real**. Lisboa: Tribuna, 2003.

\_\_\_\_\_. **Aljubarrota Revisitada**. Coimbra: Coimbra Imprensa da Universidade, 2001.

MORAIS, ROQUE. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999

NORDIN, NEI. **De como “escrever verdade sem outra mistura: Estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes**. 2011, f 210, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ROSSIAUD, Jacques. **“O cidadão e a vida na Cidade”** In LE GOFF, Jacques (org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1987. p.99 a 122

RUBIM, Nuno. **Sobre a possibilidade técnica do emprego de Artilharia na Batalha de Aljubarrota**. Separata da Revista de Artilharia, Lisboa, 1896

SUSANI, França. **Uma escrita do passado centrada nas guerras**. Editorial Cadernos de História, v.11, n.14, 1º sem. 2010.

TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. São Paulo, UNESP, 2000.

TREVISAN, Mariana. **A Dinastia Avis e um novo começo para a História de Portugal no século XV: Fernão Lopes e a Sétima Arte**. Disponível em <[www.historia.uff.br/stricto/td/1909.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/td/1909.pdf)

VIEGAS, Valentino. **Lisboa: A Força da Revolução (1383-1385)**. Lisboa, Horizonte, 1985.

VICTOR, Silva. **Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média**. São Paulo, Univesidade de São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. **A nobreza medieval portuguesa: A família e o poder**. Lisboa, Editorial Estampa, 1981. Série Imprensa Universitária, 19.

\_\_\_\_\_. **A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes.** Métis: história e cultura, v.2, n.4, p. 167-178, jul/dez. 2003.

ZIERER, Adriana. **D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade.** Dimensões, vol.33, pg 33-60, 2014.

\_\_\_\_\_. **Fernão Lopes e seu papel na construção da imagem de D. João I, o rei da boa memória.** OPIS, Catalão, v.12, n.1, p.269-293, jan/jun, 2012.

SACCOROMI, Guilherme. **Guerreiros e Batalhas na mira de Jean Froissair (1337-1405): Cenário em transformação.** 2015, f 119, Tese de mestrado, Universidade Federal do Paraná.

KEEN, Maurice. **História de la Guerra em la Edad Media.** Madrid: Editorial Océano, 2005.

#### FONTES

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I.** Vol IV, Lisboa, Escriptorio, 1897.

LÚLIO, Raimundo. **Ordem da Cavalaria.** São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo, 2000.